

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026
(Processo Administrativo nº 3786/2026)

A Prefeitura Municipal de BARREIRAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através do seu Pregoeiro, realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, cujo objeto é **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, recarga, inspeção e ensaio hidrostático de extintores de incêndio, com fornecimento de peças e componentes certificados, bem como locação eventual de equipamentos e sinalização de segurança contra incêndio, destinados à Secretarias Municipais em conformidade com as normas técnicas vigentes, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.**

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h10min do dia 13/07/2026;

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3. OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema "LICITANET", da LICITANET, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. empresas em regime de sub-contratação ou, ainda, em consórcio, observando, para tanto, a disposição do art. 122, §3º da Lei 14.133/2021.

3.6.2. empresas que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

3.6.3. empresas que estejam sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

3.6.4. empresas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Prefeitura de Barreiras e/ou quaisquer outros órgãos/entidades deste Município, desde que o ato tenha sido publicado no Diário do Município;

3.6.5. empresas estrangeiras que não funcionem no País;

3.6.6. empresas que possuam participação direta ou indireta de sócios, diretores ou responsáveis técnicos que tenham vínculo empregatício com esta Prefeitura.

3.6.7. Não será admitida a atuação de um único representante legal para duas ou mais empresas.

3.6.8. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.9. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Instrumento Contratual, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.10. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.11. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Instrumento Contratual agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7 As microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações previsto na Lei Complementar nº 123/2006, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo 4º do seu art. 3º.

3.7.1 A comprovação de que trata o subitem 4.7, quanto à condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através desse documento:

a) Certidão simplificada da junta comercial.

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1 Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>. 5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Barreiras/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções previstas e no art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Barreiras/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.10. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

4.11 O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1 Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhado do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

- 5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;
- 5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;
- 5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.3.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.4 A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

5.7.1. informar o preço unitário do(s) lote (s), para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

5.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;

5.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

5.9 Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo pregoeiro no sistema ou pela sua desconexão.

5.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

5.12 DA COTA PRINCIPAL E DA COTA RESERVADA – APLICAÇÃO DA LC 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014 - DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME e EPP.

5.12.1. **O LOTE 01, 03 E 04 (COTA PRINCIPAL)** são destinados à participação ampla dos interessados que atendam aos requisitos deste edital, inclusive aos que se enquadrem na condição de Microempresa - E ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (com os benefícios previstos na LC 123/06);

5.12.2. Nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar n. 123/2006 (alterada pela LC n. 147/2014), **O LOTE 02 (COTA RESERVADA)** é para participação exclusiva apenas de ME e EPP.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O pregoeiro classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

6.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4. Os lances formulados deverão indicar o menor **preço global por lote**.

6.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 1,00 (UM REAL)**.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.10 Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

6.11 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades.

6.12 Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**.

6.12.1 A disputa será aberta com duração de 15 (quinze) minutos.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no item 6.12.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.12.3 Encerrado o prazo previsto no item 6.12.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de melhor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

6.12.3.1 Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 6.12.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.13 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.12.1; 6.12.2 e 6.12.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.14 Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

6.15 No caso de desconexão com o responsável pela licitação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPATES ENTRE PROPOSTAS

7.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.2. Nas condições do subitem anterior, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) relativamente à melhor proposta ou melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.

7.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, que se encontrem naquela faixa de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5. No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nas faixas estabelecidas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.6.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.6.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

8. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.1.1 Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.3 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.4 O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(a) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2 A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo Pregoeiro quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

9.2.1 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados juntamente com a proposta escrita conforme modelo em anexo a este edital, sob pena de não aceitação da proposta.

9.2.2. A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

9.2.3 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

9.2.4 Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

9.2.5 Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

9.2.6 Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 9.2 deste edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO VII, deverá dispor:

10.1.1. Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

10.1.2. O preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo, e o total de cada lote cotado, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;

10.1.3. conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

10.1.4. conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

10.1.5. conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

10.1.6. Não serão aceitos preço unitário e global do Lote, acima dos valores de Referência da Administração.

10.1.7. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

10.1.8 A licitante deverá apresentar em conjunto com a Proposta de Preços, as seguintes declarações:

- a) **DECLARAÇÃO** em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa que **nos preços propostos estão incluídas todas as parcelas relativas aos serviços**, mão-de-obra, encargos trabalhistas, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do instrumento contratual;
- b) **DECLARAÇÃO**, indicando **do(s) nome(s), cargo ou função, número(s) do CPF e da Identidade (indicar o órgão emissor) e endereço do(s) representante(s) da empresa que assinará (ão) o Instrumento Contratual**, na forma estabelecida no Contrato Social ou Estatuto da proponente;
- c) **DECLARAÇÃO** informando **número da Agência, número da Conta Corrente e Instituição Financeira (Banco)**, cuja titularidade seja da empresa licitante, onde deverão ser efetuados os pagamentos, caso venha a ser Vencedora da Licitação;
- d) **DECLARAÇÃO informando endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes**, dispensando-se comunicação mediante correspondência física, se responsabilizando pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido;
- e) **DECLARAÇÃO** formal e expressa do Licitante devidamente assinada por um de seus responsáveis, **informando que entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Barreiras.**

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

11.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

11.2.1. conter vícios insanáveis;

11.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

11.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.4.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 11.3.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.1.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.5. Em licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima e daqueles presentes no Termo de Referência, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

11.5.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 (art. 59, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

12.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

12.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

12.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

12.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

12.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 12.3. deste edital.

12.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.7.1 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresário individual;

12.7.2 Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação fida C condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, em se tratando de microempreendedor individual – MEI;

12.7.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – Eireli;

12.7.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, no caso de sociedade simples;

12.7.6 Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei n. 5.764, de 1971, no caso de cooperativa;

12.7.7 Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

12.7.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.7.9 Em qualquer caso, deverá constar dentre os objetivos sociais elencados no documento de constituição a

execução de atividade econômica de natureza compatível com o objeto.

12.7.10 Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas no Termo de Referência; e considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades na gestão do contrato, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio na presente licitação.

12.7.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

12.7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.7.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

12.7.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.7.3 Qualificação Econômico-Financeira

12.7.7.1 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis, na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados a mais de 3 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

a) O Balanço Patrimonial deverá estar acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento extraídos do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial, juntamente com a Certidão de Regularidade Profissional – CRP do Contador, devidamente válida no ato da publicação do balanço ou atualizada.

12.7.7.2 O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

a) O Balanço Patrimonial disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD deverá ainda acompanhar os seguintes documentos:

1. Balanço patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;
2. Termo de abertura e de encerramento;
3. Demonstração do resultado e exercício;

4. Certidão de Regularidade Profissional – CRP do Contador, devidamente válida no ato da publicação do balanço ou atualizada.

12.7.7.3 No caso de empresa recém-constituída (há menos de 01 (um) deverá apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial.

12.7.7.4 No caso de empresa constituída a menos de 02 (dois) anos, deverá apresentar Balanço patrimonial e demonstrações contábeis devidamente registrado na Junta Comercial apenas do último exercício.

12.7.7.5 A comprovação da boa situação Econômico-Financeira da empresa será avaliada pelos seguintes índices, apurados com base no balanço apresentado, os quais deverão vir com os respectivos valores inseridos nas fórmulas abaixo, conforme estabelecido no Art. 69, da Lei No 14.133/2021.

Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,50$

Índice de Endividamento Geral $\leq 0,50$

12.7.3.5.1 O demonstrativo dos cálculos para obtenção dos índices acima será realizado em conformidade com as fórmulas a seguir:

a) Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

b) Índice de Endividamento Geral

$$EG = \frac{PC + ELP}{AT}$$

Sendo:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

12.7.7.6 As fórmulas em apreço deverão estar aplicadas em memorial de cálculos.

12.7.7.7. Prova de que possui, até a data da apresentação da proposta deste Edital, Capital Social ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou item pertinente, comprovado através do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social ou Certidão emitida pela Junta Comercial.

12.7.7.8 Apresentar **Certidão negativa de concordata e falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, devidamente válida à data da sessão.

12.7.7.9. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

a) Não serão aceitos “**protocolos de entrega**” ou “**solicitação de documento**” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

12.7.4 Qualificação Técnica

12.7.4.1. Comprovação através de certidão (ões) e/ou atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazo com o objeto deste termo, nos termos do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021;

12.7.4.2. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação;

12.7.4.3. Os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantitativo e prazos com o objeto de que se trata o processo licitatório;

12.7.4.4. Para fins de comprovação da capacidade técnica, será exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que demonstre(m) aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação.

A Administração poderá, mediante diligência, solicitar documentos complementares aptos a corroborar as informações constantes dos atestados apresentados, tais como contratos, notas fiscais, ordens de fornecimento, termos de recebimento ou outros documentos equivalentes, quando houver dúvida razoável quanto à autenticidade, veracidade ou alcance da experiência comprovada.

12.7.4.5. A licitante deverá comprovar que executa os serviços de inspeção, manutenção, recarga e ensaio hidrostático de extintores de incêndio em conformidade com a legislação vigente, as normas técnicas da ABNT, os regulamentos do INMETRO e demais normas aplicáveis ao objeto.

12.7.4.6. Quando exigido pela regulamentação específica aplicável ao objeto, a licitante deverá apresentar certificado, registro, licença, autorização ou documento equivalente expedido pelo órgão ou entidade competente, válido na data da licitação.

12.7.4.7. A contratada deverá observar, durante toda a execução contratual, as normas técnicas e regulamentares emitidas pelo INMETRO, ABNT e Corpo de Bombeiros Militar da Bahia aplicáveis aos serviços contratados.

12.7.4.8. Os equipamentos, peças, componentes, lacres, selos e demais materiais empregados na execução dos serviços deverão atender às especificações e certificações exigidas pela regulamentação técnica vigente.

13. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

13.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

13.2. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

13.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

13.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

13.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 13.2.

13.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

13.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

13.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

13.4.4. A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

13.4.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

13.4.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

13.4.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

13.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

13.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

14. DOS RECURSOS

14.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

14.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

a) julgamento das propostas;

b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

c) anulação ou revogação da licitação;

14.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

14.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

14.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

14.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

14.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

14.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

14.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

14.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

14.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

14.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail licitacaobarreiras@gmail.com, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

14.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

14.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

14.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

15. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Unidade: 03.05.01 – Secretaria Municipal de Administração

Projeto/Atividade: 2020 – Gestão das Ações da Sec. de Administração

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos

Unidade: 03.10.01 – Sec. Municipal de Esporte, Juventude e Lazer

Projeto/Atividade: 2057 – Fortalecimento das Ações e Políticas de Esporte, Lazer e Juventude

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos

Unidade: 03.12.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Tecnologia

Projeto/Atividade: 2073 – Gestão da Secretaria de Agricultura e Tecnologia.

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos

Unidade: 03.14.01 – Sec. Mun. de Infraestrutura, Obras, Serv. Pub. e Trans.

Projeto/Atividade: 2087 – Manutenção da Sec. de Infraestrutura, Obras, Serv. Públicos e Transportes.

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos

Unidade: 03.15.01 – Secretaria Municipal de Segurança Cidadã e Trânsito

Projeto/Atividade: 2093 – Desenvolvimento das Ações de Segurança Cidadã e Trânsito

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos

Unidade: 03.16.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho

Projeto/Atividade: 2099 – Gestão da Secretaria de Assistência Social e Trabalho

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos

Unidade: 03.09.01 – Sec. Mun. de Cultura e Turismo

Projeto/Atividade: 2051 – Manut. da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade: 03.08.02 - FME - Fundo Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2038 – Gerenciamento e Aprimoramento das Ações do Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 2039 – Gestão das Ações do Fundo Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2041 – Gestão e Manutenção das Ações do Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2048 – Gestão e Manutenção das Ações do Ensino em Tempo Integral

Projeto/Atividade: 2050 – Gestão e Manutenção das Ações do Ensino de Jovens e Adultos

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 – Recursos não vinculados de impostos – despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Fonte de Recurso: 1550 – Transferência do Salário-Educação

Unidade: 03.11.02 – Fundo Municipal de Saúde de Barreiras-FMSB

Projeto/Atividade: 2062 - Manutenção das Atividades da Gestão do SUS

Projeto/Atividade: 2063 - Manutenção das Ações de Vigilância Ambiental

Projeto/Atividade: 2064 - Manutenção das Ações de Atenção Primária

Projeto/Atividade: 2065 - Manutenção das Ações de Assistência Ambulatorial

Projeto/Atividade: 2066 - Manutenção das Ações da Vigilância Alimentar

Projeto/Atividade: 2067 - Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária.

Projeto/Atividade: 2068 - Manutenção das Ações de Vigilância Epidemiológica.

Projeto/Atividade: 2070 - Manutenção das Ações de Assistência Farmacêutica.

Projeto/Atividade: 2072 – Manter a Gestão das Ações de Saúde do Trabalhador.

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

1500 – Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

16. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

16.1. Condições de Execução

16.1.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço (OS) emitida pela CONTRATANTE.

Considerando que a execução do objeto envolve logística contínua de recolhimento, manutenção, recarga e devolução dos extintores de incêndio, bem como a possibilidade de atendimentos emergenciais e substituições imediatas, a prestação dos serviços pressupõe a disponibilidade operacional da contratada em distância compatível com os prazos e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, de modo a assegurar a eficiência da execução, a continuidade da proteção contra incêndios e a mitigação de riscos à segurança das edificações públicas.

16.1.1.1. A dinâmica de execução consistirá no recolhimento, recarga e devolução dos extintores, bem como na entrega.

16.1.1.2. Para garantir que as edificações públicas não fiquem desprovidas de proteção contra incêndios durante a execução dos serviços de manutenção e recarga, a empresa contratada deverá disponibilizar, em regime de empréstimo, extintores de incêndio em perfeito estado de funcionamento, correspondendo a, no mínimo, 02 extintores com carga tipo ABC e no máximo 10 extintores. Essa medida assegura a continuidade da segurança dos servidores, frequentadores e do patrimônio público, em conformidade com as normas de segurança vigentes, durante o período de realização dos serviços.

16.1.1.3. Na aquisição de novos extintores, a empresa contratada deverá realizar a instalação dos equipamentos nas paredes das edificações públicas, conforme as especificações e locais determinados pela contratante. A instalação deverá seguir as normas técnicas aplicáveis, como a NBR 13485 e o Decreto Estadual nº 12.929/2011, garantindo a correta fixação, acessibilidade e funcionalidade dos extintores, de modo a atender às exigências de segurança contra incêndios e às orientações da Prefeitura Municipal de Barreiras/BA.

16.1.1.2. Todos os serviços deverão ser executados conforme as normas da ABNT aplicáveis, especialmente as relacionadas à segurança contra incêndios, manuseio de extintores e equipamentos de combate a incêndio, sendo vedada qualquer substituição de material ou procedimento não previsto neste Termo.

16.2. Local e Horário da Prestação dos Serviços

16.2.1. Local de prestação dos serviços: conforme endereço e orientações fornecidas pela contratante.

16.2.2. Horário da prestação dos serviços: de segunda a sexta-feira, em horário comercial entre 08h e 17h, a ser previamente agendado e acordado com a contratante.

16.3. Rotinas a Serem Cumpridas

16.3.1. A execução contratual observará as seguintes rotinas:

16.3.1.1. A CONTRATADA deverá realizar o recolhimento e devolução dos extintores no local indicado, garantindo o transporte seguro e adequado.

16.3.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, ferramentas e insumos necessários para a recarga dos extintores e para a entrega e instalação sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

16.3.1.3. A CONTRATADA será integralmente responsável pela segurança durante todas as etapas dos serviços, devendo observar as normas de segurança do trabalho, meio ambiente e saúde ocupacional, fornecendo e exigindo o uso de EPIs por seus colaboradores.

16.3.1.4. A CONTRATANTE indicará os locais específicos para instalação, retirada e devolução dos materiais e equipamentos, garantindo o acesso necessário às equipes da CONTRATADA.

16.3.1.5. Ao término de cada etapa de serviço, a CONTRATADA deverá limpar o local e remover quaisquer resíduos, garantindo que não haja prejuízos à rotina da unidade da CONTRATANTE.

16.4. Materiais a Serem Disponibilizados pela Contratada

16.4.1. Todos os materiais, peças, ferramentas e insumos necessários para a execução dos serviços contratados, incluindo lacres, etiquetas de controle, equipamentos de transporte e testes de funcionamento, quando aplicável.

16.5. Especificação da Garantia do Serviço

16.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

17. DA VIGÊNCIA

17.1. A vigência estimada do futuro contrato para os serviços descritos neste termo é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme disposto nos art. 105 e 106 da Lei 14.133/2021.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

18.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do atesto na Nota Fiscal, pelo Fiscal do Contrato;

18.2. Forma de pagamento:

18.2.1. As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento;

18.2.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá encaminhar juntamente com Nota Fiscal, os seguintes documentos:

- I – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- II - Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- IV - Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

18.2.2.1. A eventual existência de pendências ou irregularidades na documentação de regularidade fiscal e trabalhista não constituirá, por si só, motivo para retenção ou negativa de pagamento relativo a serviços efetivamente prestados ou bens devidamente fornecidos e recebidos pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, da notificação para regularização e demais medidas previstas na Lei nº 14.133/2021.

18.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado;

18.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

18.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

18.2.6. Independentemente do percentual de tributos inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

18.2.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19. DAS OBRIGAÇÕES

19.1 DA CONTRATADA

19.1.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

19.1.2. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto constante deste Termo de Referência, quantidades e qualidades exigidas;

19.1.3. Constatado qualquer irregularidade no serviço, bem como dos materiais empregados durante o período de garantia, deverá substituí-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da solicitação, a qual estará sujeita às despesas decorrentes de nova execução;

19.1.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes a leis trabalhistas, previdência social e segurança do trabalho;

19.1.5. Manter, durante a execução do objeto deste Termo de Referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

19.1.6. Prestar todos os esclarecimentos e exigências que forem solicitados pela CONTRATANTE;

19.1.7. Atender prontamente quaisquer exigências do representante da CONTRATANTE, inerentes ao objeto deste Termo de Referência;

19.1.8. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

19.1.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

19.1.10. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, para análise da CONTRATANTE e abertura de novo prazo;

19.1.11. Preservar o sigilo das informações contidas nos documentos em questão;

19.1.12. Observar a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no que couber e comunicar, imediatamente, à CONTRATANTE qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD;

19.1.13. Não transferir, subcontratar ou ceder, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do objeto;

19.1.14. Utilizar mão de obra especializada para a melhor execução do objeto;

19.1.15. Selecionar e preparar os empregados que irão trabalhar nas instalações da CONTRATANTE, designando elementos; identificando-os através de crachás, com fotografia recente e providos de Equipamento de Proteção Individual – EPI.

19.2 DA CONTRATANTE

19.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência e demais Anexos do Aviso de Contratação Direta e termos de sua proposta;

19.2.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, por servidor especialmente designado;

19.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.2.4. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da entrega do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

19.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações assumidas pela Contratada;

19.2.6. Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição do objeto;

19.2.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, conforme o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

19.2.8. Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que sejam solicitados, para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

19.2.9. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais;

19.2.10. Aplicar as penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais ou aceitar as justificativas apresentadas pela Contratada;

19.2.11. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

20. DAS PENALIDADES

20.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- iv) Multa:
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

20.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

21. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

21.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

- 21.1.1. Não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;
- 21.1.2. À onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos fornecedores, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação;
- 21.1.3. A exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo da contratação.

22. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

22.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

22.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

22.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

22.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

23. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

23.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

23.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

23.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

23.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

23.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

23.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

23.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

23.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

23.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

23.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

25. DO REAJUSTE

25.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de realização do orçamento estimado pela Administração, nos termos do § 7º, art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

25.2 Após o interregno de um ano, mediante o pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

25.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

25.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

25.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

25.6 O reajuste será realizado por meio de termo aditivo.

26. DA FISCALIZAÇÃO

26.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

26.2. Com base no artigo 11, do Decreto Municipal nº 45/2024, compete ao fiscal do contrato, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, especialmente:

- a) Acompanhar o cronograma de execução do contrato, monitorando os prazos e condições de entrega;
- b) Acompanhar sistematicamente a execução do objeto da contratação;
- c) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- d) Aprovar a entregas do objeto em consonância com o previsto no contrato, nos termos do inciso VI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- e) Apurar a importância a ser paga e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, com base no contrato e nos comprovantes de entrega dos itens;
- f) Comunicar formalmente a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, para que esta tome as providências cabíveis à regularização de faltas ou defeitos;
- g) Examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e formalizar o atesto no recebimento dos itens;
- h) Fazer diligências junto à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas reuniões;
- i) Informar ao Gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- j) Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- k) Receber provisoriamente as aquisições, sob sua responsabilidade, observando-se o disposto no capítulo IV do Decreto 45/2024;
- l) Solicitar a substituição, a expensas do contratado, no total ou em parte, de objeto do contrato em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

26.3. Exercer qualquer outra atividade compatível com a função que lhe seja legalmente atribuída e em conformidade com a Lei 14.133/2021;

26.4. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo da Secretaria de Administração, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente;

26.5. Ficam designados os servidores públicos, mencionados abaixo, como Fiscais técnico e administrativo do Contrato:

26.5.1. Secretaria Municipal de Saúde: Titular – ANTÔNIO VITOR ARAÚJO SOUSA, Matrícula nº 64.995, Cargo de Coordenador, lotado na Secretaria Municipal de Saúde; Suplente – DARLEI DE SOUZA TAVARES, Matrícula nº 66.500, Cargo de Coordenador, lotado na Secretaria Municipal de Saúde;

26.5.2. Secretaria de Cultura e Turismo: Titular – MAX VINICIUS SOUZA MELLO, Matrícula nº 66.082, Diretor, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; Suplente – CRISTIANO BARBOSA DA SILVA, Matrícula nº 11.127 Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

26.5.3. Secretaria de Assistência Social e Trabalho - Titular – ELIANE KEDMA DOS SANTOS MACHADO, Matrícula nº 68.746, Assessor de Secretário, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho; Suplente – MARIA APARECIDA SIRQUEIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 64.155, Secretário Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho;

26.5.4 Secretaria Municipal de Administração – Titular – Laíse Bastos de Carvalho, Matrícula nº 64.355, Suplente - Edmilson Pereira de Souza, Matrícula nº 59.752.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

27.2 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

27.3 As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.

27.4 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro

28. FORO

28.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

29. ANEXOS DO EDITAL

29.1 Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de referência
Anexo II	Estudo Técnico Preliminar
Anexo III	Minuta de Contrato
Anexo IV	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo V	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo VI	Declaração para fins de habilitação econômico-financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo VII	Modelo de proposta de preço

29.2 – Este Edital contém 102 (cento e dois) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Barreiras/BA, 22 de junho de 2026.

Gislaine César de Carvalho Barbosa
Secretária Municipal de Administração

Larissa Gomes Barbosa
Secretária Municipal de Saúde

Jeferson Barbosa dos Santos
Secretário Municipal de Educação

Ivanete Gomes da Silva Bastos
Secretária Municipal de Assistência Social e Trabalho

Bruno José Castro
Secretário Municipal de Infraestrutura

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 3786/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, recarga, inspeção e ensaio hidrostático de extintores de incêndio, com fornecimento de peças e componentes certificados, bem como locação eventual de equipamentos e sinalização de segurança contra incêndio, destinados à Secretarias Municipais em conformidade com as normas técnicas vigentes.

1.2. Segue no ANEXO I a tabela com especificações e quantidades;

1.3. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de referência, prevalecem as disposições deste Termo de referência.

1.4. Todos os serviços objeto deste Termo de Referência são caracterizados como **serviços comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por serem encontrados usualmente no mercado e possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no instrumento convocatório.

A forma de escolha do contratado será por meio de **licitação na modalidade pregão**, preferencialmente em sua forma eletrônica, conforme disposto no art. 28, inciso I, da mesma lei, com adoção do **critério de julgamento pelo menor preço**, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O contrato decorrente da contratação terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do Art 106 da lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação de serviços para as Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras é essencial para garantir que os extintores estejam em perfeitas condições de uso, em conformidade com as normas de segurança e prevenção exigidas pelos órgãos competentes.

3.2. A manutenção periódica dos extintores é fundamental para garantir a segurança dos servidores, cidadãos e do patrimônio público, assegurando o funcionamento eficaz desses equipamentos em emergências e minimizando riscos de acidentes ou danos.

3.3. A contratação de serviços especializados proporciona maior agilidade, economia de escala e eficiência à Administração Municipal, reduzindo riscos operacionais, otimizando recursos e garantindo conformidade com a legislação vigente.

3.4. Este serviço atende às exigências legais, promove a segurança de servidores e cidadãos, protege o patrimônio público e assegura a eficiência na gestão patrimonial por meio da padronização, economia de escala e controle rigoroso das manutenções.

3.5. Previsão no Plano Anual de Contratações

3.5.1. O alinhamento entre a contratação e o planejamento será operacionalizado por meio da execução de ações impostas e outras ações advindas das necessidades para se buscar o atingimento de sua missão;

A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

3.5.2. Ratifica-se que o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência, instrumento que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/21 no âmbito municipal.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A presente solução tem por objeto a prestação de serviços especializados de manutenção e recarga de equipamentos de combate a incêndio, visando garantir a segurança das instalações e a conformidade com as normas técnicas vigentes.

4.2. Manutenção Periódica: Realização de inspeções e manutenções preventivas e corretivas nos extintores existentes, incluindo testes de pressão, verificação de componentes (como mangueiras e válvulas) e substituição de peças danificadas, garantindo a plena funcionalidade dos equipamentos conforme as exigências da NR-23 e normas técnicas aplicáveis.

4.3. A recarga dos extintores tem como finalidade restaurar sua capacidade plena de atuação em emergências, especialmente no combate a princípios de incêndio de classes A, B e C, de acordo com sua natureza. Tais ações preventivas são fundamentais para garantir o correto funcionamento dos equipamentos em situações críticas, protegendo vidas, patrimônio e a continuidade das atividades institucionais.

4.4. Recarga de Extintores: Execução de serviços de recarga dos extintores, utilizando agentes extintores adequados e certificados, com periodicidade anual ou conforme a necessidade, em conformidade com as normas da ABNT e legislações vigentes, assegurando a eficácia dos equipamentos em emergências.

4.5. Locação de material de combate à incêndios: Considerando a necessidade pontual de utilização de materiais e equipamentos de combate a incêndios durante a realização de eventos promovidos pelo Município, bem

como o fato de que tais demandas ocorrem de forma esporádica e temporária, a locação mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública.

- 4.6. A adoção da locação evita custos elevados com aquisição, armazenamento, manutenção preventiva e corretiva, além da necessidade de substituição periódica dos equipamentos para atendimento às normas de segurança vigentes. Dessa forma, garante-se a disponibilização de materiais adequados, em conformidade com as exigências dos órgãos fiscalizadores e de segurança, assegurando maior eficiência, economicidade e segurança na realização dos eventos municipais.
- 4.7. Todos os serviços devem ser executados por empresa devidamente certificada, conforme as exigências da ABNT NBR 12962, NBR 15808 e demais normativas pertinentes.
- 4.8. Por fim, todos os serviços devem ser executados por técnicos qualificados e com equipamentos certificados pelo INMETRO, devendo a contratada apresentar certificados de conformidade e laudos técnicos referentes às manutenções.
- 4.9. A solução, portanto, visa atender às exigências legais e normativas de segurança contra incêndio, bem como garantir que todos os dispositivos estejam em perfeito estado de funcionamento e prontos para uso imediato em caso de sinistro, promovendo a segurança do público interno e externo da unidade.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade

5.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1.1. Os agentes extintores utilizados nas recargas não deverão conter substâncias com potencial de destruição da camada de ozônio, como os halos, devendo ser priorizados produtos com menor impacto ambiental, conforme as normativas do IBAMA, Protocolo de Montreal e legislação ambiental vigente.

5.1.1.2. A contratada deverá adotar sistema de logística reversa para os resíduos gerados nos serviços, incluindo pó químico residual, cilindros inservíveis, tintas e solventes, assegurando sua destinação ambientalmente adequada, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

5.1.1.3. Os extintores e demais equipamentos reaproveitáveis, como válvulas, suportes e componentes metálicos, deverão ser reutilizados sempre que aprovados em testes técnicos, conforme normas da ABNT e do Inmetro, de modo a reduzir a geração de resíduos e o consumo de recursos naturais.

5.1.1.4. Os veículos utilizados no transporte dos equipamentos ou para execução dos serviços deverão atender às exigências do PROCONVE, possuir manutenção regular e, preferencialmente, serem movidos a combustíveis menos poluentes, a fim de reduzir as emissões atmosféricas.

5.1.1.5. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, plano de gerenciamento de resíduos sólidos ou documentação comprobatória de conformidade ambiental das atividades, incluindo certificados, laudos e/ou declarações de destinação final emitidas por empresas licenciadas.

5.2. Subcontratação

5.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3. Garantia da Contratação

5.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

5.3.1.1. Não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

5.3.1.2. À onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos fornecedores, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação;

5.3.1.3. A exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo da contratação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Execução

6.1.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço (OS) emitida pela CONTRATANTE.

Considerando que a execução do objeto envolve logística contínua de recolhimento, manutenção, recarga e devolução dos extintores de incêndio, bem como a possibilidade de atendimentos emergenciais e substituições imediatas, a prestação dos serviços pressupõe a disponibilidade operacional da contratada em distância compatível com os prazos e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, de modo a assegurar a eficiência da execução, a continuidade da proteção contra incêndios e a mitigação de riscos à segurança das edificações públicas.

6.1.1.1. A dinâmica de execução consistirá no recolhimento, recarga e devolução dos extintores, bem como na entrega.

6.1.1.2. Para garantir que as edificações públicas não fiquem desprovidas de proteção contra incêndios durante a execução dos serviços de manutenção e recarga, a empresa contratada deverá disponibilizar, em regime de empréstimo, extintores de incêndio em perfeito estado de funcionamento, correspondendo a, no mínimo, 02 extintores com carga tipo ABC e no máximo 10 extintores. Essa

medida assegura a continuidade da segurança dos servidores, frequentadores e do patrimônio público, em conformidade com as normas de segurança vigentes, durante o período de realização dos serviços.

6.1.1.3. Na aquisição de novos extintores, a empresa contratada deverá realizar a instalação dos equipamentos nas paredes das edificações públicas, conforme as especificações e locais determinados pela contratante. A instalação deverá seguir as normas técnicas aplicáveis, como a NBR 13485 e o Decreto Estadual nº 12.929/2011, garantindo a correta fixação, acessibilidade e funcionalidade dos extintores, de modo a atender às exigências de segurança contra incêndios e às orientações da Prefeitura Municipal de Barreiras/BA.

6.1.2. Todos os serviços deverão ser executados conforme as normas da ABNT aplicáveis, especialmente as relacionadas à segurança contra incêndios, manuseio de extintores e equipamentos de combate a incêndio, sendo vedada qualquer substituição de material ou procedimento não previsto neste Termo.

6.2. Local e Horário da Prestação dos Serviços

6.2.1. Local de prestação dos serviços: conforme endereço e orientações fornecidas pela contratante.

6.2.2. Horário da prestação dos serviços: de segunda a sexta-feira, em horário comercial entre 08h e 17h, a ser previamente agendado e acordado com a contratante.

6.3. Rotinas a Serem Cumpridas

6.3.1. A execução contratual observará as seguintes rotinas:

6.3.1.1. A CONTRATADA deverá realizar o recolhimento e devolução dos extintores no local indicado, garantindo o transporte seguro e adequado.

6.3.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, ferramentas e insumos necessários para a recarga dos extintores e para a entrega e instalação sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

6.3.1.3. A CONTRATADA será integralmente responsável pela segurança durante todas as etapas dos serviços, devendo observar as normas de segurança do trabalho, meio ambiente e saúde ocupacional, fornecendo e exigindo o uso de EPIs por seus colaboradores.

6.3.1.4. A CONTRATANTE indicará os locais específicos para instalação, retirada e devolução dos materiais e equipamentos, garantindo o acesso necessário às equipes da CONTRATADA.

6.3.1.5. Ao término de cada etapa de serviço, a CONTRATADA deverá limpar o local e remover quaisquer resíduos, garantindo que não haja prejuízos à rotina da unidade da CONTRATANTE.

6.4. Materiais a Serem Disponibilizados pela Contratada

6.4.1. Todos os materiais, peças, ferramentas e insumos necessários para a execução dos serviços contratados, incluindo lacres, etiquetas de controle, equipamentos de transporte e testes de funcionamento, quando aplicável.

6.5. Especificação da Garantia do Serviço

6.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o mesmo será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

7.1.3. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

7.1.4. A administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.2.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

7.2.2. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto constante deste Termo de Referência, quantidades e qualidades exigidas;

7.2.3. Constatado qualquer irregularidade no serviço, bem como dos materiais empregados durante o período de garantia, deverá substituí-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da solicitação, a qual estará sujeita às despesas decorrentes de nova execução;

7.2.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes a leis trabalhistas, previdência social e segurança do trabalho;

7.2.5. Manter, durante a execução do objeto deste Termo de Referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

7.2.6. Prestar todos os esclarecimentos e exigências que forem solicitados pela CONTRATANTE;

7.2.7. Atender prontamente quaisquer exigências do representante da CONTRATANTE, inerentes ao objeto deste Termo de Referência;

7.2.8. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

7.2.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.2.10. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, para análise da CONTRATANTE e abertura de novo prazo;

7.2.11. Preservar o sigilo das informações contidas nos documentos em questão;

7.2.12. Observar a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no que couber e comunicar, imediatamente, à CONTRATANTE qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD;

7.2.13. Não transferir, subcontratar ou ceder, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do objeto;

7.2.14. Utilizar mão de obra especializada para a melhor execução do objeto;

7.2.15. Selecionar e preparar os empregados que irão trabalhar nas instalações da CONTRATANTE, designando elementos; identificando-os através de crachás, com fotografia recente e providos de Equipamento de Proteção Individual – EPI.

7.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.3.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência e demais Anexos do Aviso de Contratação Direta e termos de sua proposta;

7.3.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, por servidor especialmente designado;

7.3.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.3.4. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da entrega do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.3.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações assumidas pela Contratada;

7.3.6. Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição do objeto;

7.3.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, conforme o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

7.3.8. Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que sejam solicitados, para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

7.3.9. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais;

7.3.10. Aplicar as penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais ou aceitar as justificativas apresentadas pela Contratada;

7.3.11. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

7.4. DA FISCALIZAÇÃO

7.4.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

7.4.2. Com base no artigo 11, do Decreto Municipal nº 45/2024, compete ao fiscal do contrato, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, especialmente:

- m) Acompanhar o cronograma de execução do contrato, monitorando os prazos e condições de entrega;
- n) Acompanhar sistematicamente a execução do objeto da contratação;
- o) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- p) Aprovar a entregas do objeto em consonância com o previsto no contrato, nos termos do inciso VI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- q) Apurar a importância a ser paga e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, com base no contrato e nos comprovantes de entrega dos itens;
- r) Comunicar formalmente a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, para que esta tome as providências cabíveis à regularização de faltas ou defeitos;
- s) Examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e formalizar o atesto no recebimento dos itens;
- t) Fazer diligências junto à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas reuniões;
- u) Informar ao Gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- v) Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- w) Receber provisoriamente as aquisições, sob sua responsabilidade, observando-se o disposto no capítulo IV do Decreto 45/2024;
- x) Solicitar a substituição, a expensas do contratado, no total ou em parte, de objeto do contrato em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

7.4.3. Exercer qualquer outra atividade compatível com a função que lhe seja legalmente atribuída e em conformidade com a Lei 14.133/2021;

7.4.4. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo da Secretaria de Administração, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente;

7.4.5. Ficam designados os servidores públicos, mencionados abaixo, como Fiscais técnico e administrativo do Contrato:

7.4.5.1. Secretaria Municipal de Saúde: *Titular* – ANTÔNIO VITOR ARAÚJO SOUSA, Matrícula nº 64.995, Cargo de Coordenador, lotado na Secretaria Municipal de Saúde; *Suplente* – DARLEI DE SOUZA TAVARES, Matrícula nº 66.500, Cargo de Coordenador, lotado na Secretaria Municipal de Saúde;

7.4.5.2. Secretaria de Cultura e Turismo: *Titular* – MAX VINICIUS SOUZA MELLO, Matrícula nº 66.082, Diretor, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; *Suplente* – CRISTIANO BARBOSA DA SILVA, Matrícula nº 11.127 Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

7.4.5.3. Secretaria de Assistência Social e Trabalho - *Titular* – ELIANE KEDMA DOS SANTOS MACHADO, Matrícula nº 68.746, Assessor de Secretário, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho; *Suplente* – MARIA APARECIDA SIRQUEIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 64.155, Secretário Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho;

7.4.5.4 Secretaria Municipal de Administração – *Titular* – Laíse Bastos de Carvalho, Matrícula nº 64.355, *Suplente* - Edmilson Pereira de Souza, Matrícula nº 59.752.

7.5. DO GESTOR DO CONTRATO

7.5.1. Compete ao Gestor do Contrato, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021, administrar o contrato ou outro documento que vier a substituí-lo, desde sua concepção até sua finalização, em aspectos administrativos, especialmente: (conforme Decreto Municipal nº 45/2024):

- Acompanhar a manutenção, pelo contratado, das condições estabelecidas em instrumento convocatório e contrato e das exigências legais;
- Conferir a importância a ser paga, constante no documento comprobatório da despesa, com base no contrato, na nota de empenho e no ateste do fiscal do contrato;
- Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- Manter controle atualizado dos saldos de empenhos e dos pagamentos efetuados, evitando a realização de serviço ou fornecimento sem prévio empenho;
- Orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;
- Promover o ateste de notas fiscais e faturas, em conjunto com o fiscal do contrato, no que couber, para fins de comprovação do cumprimento da obrigação contratual;
- Promover, quando couber, reunião inicial para apresentação do modelo de gestão, de que trata o art. 13 do decreto 45/2024, após a assinatura do contrato;
- Providenciar, quando necessário, a formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;

- Realizar o controle do valor e atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para os devidos registros;
- Receber definitivamente aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade, observando-se o disposto no capítulo IV do decreto 45/2024;
- Subsidiar o ordenador de despesas na aplicação de penalidades advindas de inexecução parcial ou total do contrato, nos termos do regulamento estadual;
- Verificar o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- Zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, avaliando e promovendo as solicitações conforme o caso.

7.5.2. Exercer qualquer outra atividade compatível com a função que lhe seja legalmente atribuída e em conformidade com a Lei 14.133/2021.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do atesto na Nota Fiscal, pelo Fiscal do Contrato;

8.2. Forma de pagamento:

8.2.1. As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento;

8.2.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá encaminhar juntamente com Nota Fiscal, os seguintes documentos:

I – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

II - Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

8.2.2.1. A eventual existência de pendências ou irregularidades na documentação de regularidade fiscal e trabalhista não constituirá, por si só, motivo para retenção ou negativa de pagamento relativo a serviços efetivamente prestados ou bens devidamente fornecidos e recebidos pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, da notificação para regularização e demais medidas previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.2.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado;

8.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

8.2.6. Independentemente do percentual de tributos inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

8.2.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- i)** fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

iv) Multa:

(1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;

(2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;

(3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento “menor preço” global.

10.2. FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

10.2.1. A prestação dos serviços será PARCELADA, conforme necessidade dos setores interessados.

10.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

10.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 13 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresário individual;
- 14 Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação fida C condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, em se tratando de microempreendedor individual – MEI;
- 15 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – Eireli;
- 16 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 17 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, no caso de sociedade simples;
- 18 Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei n. 5.764, de 1971, no caso de cooperativa;
- 19 Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

19.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

19.8 Em qualquer caso, deverá constar dentre os objetivos sociais elencados no documento de constituição a execução de atividade econômica de natureza compatível com o objeto.

8. Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Termo de Referência; e considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades na gestão do contrato, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio na presente licitação.

Regularidade fiscal e trabalhista:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto a que se refere a presente licitação;
3. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, emitida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal;
5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Qualificação econômico-financeira

1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

10.3.1.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.3.1.2.1. Comprovação através de certidão (ões) e/ou atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazo com o objeto deste termo, nos termos do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021;

10.3.1.2.2. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação;

10.3.1.2.3. Os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantitativo e prazos com o objeto de que se trata o processo licitatório;

10.3.1.2.4. Para fins de comprovação da capacidade técnica, será exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade

técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que demonstre(m) aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação.

A Administração poderá, mediante diligência, solicitar documentos complementares aptos a corroborar as informações constantes dos atestados apresentados, tais como contratos, notas fiscais, ordens de fornecimento, termos de recebimento ou outros documentos equivalentes, quando houver dúvida razoável quanto à autenticidade, veracidade ou alcance da experiência comprovada.

10.3.1.2.5. A licitante deverá comprovar que executa os serviços de inspeção, manutenção, recarga e ensaio hidrostático de extintores de incêndio em conformidade com a legislação vigente, as normas técnicas da ABNT, os regulamentos do INMETRO e demais normas aplicáveis ao objeto.

10.3.1.2.6. Quando exigido pela regulamentação específica aplicável ao objeto, a licitante deverá apresentar certificado, registro, licença, autorização ou documento equivalente expedido pelo órgão ou entidade competente, válido na data da licitação.

10.3.1.2.7. A contratada deverá observar, durante toda a execução contratual, as normas técnicas e regulamentares emitidas pelo INMETRO, ABNT e Corpo de Bombeiros Militar da Bahia aplicáveis aos serviços contratados.

10.3.1.2.8. Os equipamentos, peças, componentes, lacres, selos e demais materiais empregados na execução dos serviços deverão atender às especificações e certificações exigidas pela regulamentação técnica vigente.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

11.1.2. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual nº 1704/2025 e QDD - Decreto nº 001 de 05 de janeiro de 2026.

12.2. As contratações serão atendidas pelas dotações orçamentárias que serão informadas, posteriormente, pelo Setor de Planejamento /Orçamento que será anexada ao processo;

12.3. A prestação de serviços contratados será de responsabilidade financeira das Secretarias Solicitantes.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS/SUSTENTABILIDADE

13.1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com os artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Naquilo que for omissa o presente Termo de Referência, reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Barreiras-BA, em 17 de junho de 2026.

Gislaine César de Carvalho Barbosa
Secretária Municipal de Administração

Larissa Gomes Barbosa
Secretária Municipal de Saúde

Jeferson Barbosa dos Santos
Secretário Municipal de Educação

Ivanete Gomes da Silva Bastos
Secretária Municipal de Assistência Social e Trabalho

Bruno José Castro
Secretário Municipal de Infraestrutura

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA (QUANTITATIVO)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	CODIGO	SECRETARIA DE AGRICULTURA E TECNOLOGIA	SECRETARIA DE SEGURANÇA CIDADÃ E TRÂNSITO	SECRETARIA DE ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	DIVISÃO DEMANDAS SEMAST	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE	TOTAL POR ITEM
LOTE 01														
1.	RECARGA (ANUAL)													
1.1	CARGA de extintor de incêndio gás carbônico (CO2) - Classe B: Líquidos inflamáveis. Classe C: Equipamentos elétricos, 6KG	UND	236535	16	3		8	2	2 - CREAS		18	30	4	81
1.2	CARGA de extintor de incêndio (PQS) ABC - Classe A: Papel, madeira, tecido, materiais sólidos. Classe B: Líquidos e gases, 6KG	UND	600734	6	4		12					220	6	248
1.3	CARGA de extintor de incêndio (PQS) ABC -	UND	627921			41	4					48	6	99

	Classe A: Papel, madeira, tecido, materiais sólidos. Classe B: Líquidos e gases, 12KG												
1.4	CARGA de extintor de incêndio água pressurizada (AP) - Classe A: Papel, madeira, tecido, materiais sólidos: Capacidade, 10L	UND	327095		3		15	4 - SEDE 1- CRAM 2 - CRAS I 2 - CRAS II 2 - CRAS III 2 - CRAS IV 2 - CRAS	5	103	109	2	237
1.5	Carga extintor incêndio . Tipo carga: Gás Carbônico CO2. Capacidade de carga: 4KG	UND	236536				8	3 - SEDE 3 - CRAS I 3 - CRAS IV		21			29
1.6	Carga extintor incêndio . Tipo carga: Pó químico seco. Capacidade de carga: 8KG	UND	239933							4			4

1.7	Carga extintor incêndio . Tipo carga: Pó químico seco. Capacidade de carga: 6KG	UND	236540					15	3 - SEDE 2 - DEPÓSITO / ALMOX 2 - CRAS I 2 - CRAS II 2 - CRAS III 2 - CRAS IV 2 - CRAS V		112			127
1.8	Carga extintor incêndio . Tipo carga: Pó químico seco. Capacidade de carga: 4KG	UND	236541							15	130			145
TOTAL														
LOTE 02														
2. TESTES E PINTURA (ANO)														

2.1	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	18074		3		14	2 - CONSELHO T 2 - DEP/ALMO X 2 - SEDE 2 - CRAM 2 - CONSELHO T 2 - DEP/ALMO X 2 SEDE 2 - CRAM 4 - CRAS I 1 - CRAS II 1 - CRAS III 1 - CRAS IV 1 - CRAS V 1 - CREAS 1 - CENTRO POP	5	103	1	1	127
2.2	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo CO2 4 kg	UND	18074				8	4 - SEDE 2 - CRAS I 2 - CRAS IV		21			29
2.3	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo CO2 6 kg	UND	18074		3		4	4 - CREAS		18	1	1	27
2.4	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	18074						15	130	1		146

2.5	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	18074		4	12		14	4 - SEDE 4 - DEP/ALMO X 2 - CRAS I 1 - CRAS II 1 - CRAS III 1 - CRAS IV 1 CRAS V		112	1	1	144
2.6	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	18074								4			4
2.7	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	18074										1	1
2.8	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	1090					7	1 - CONSELHO T1 - DEP/ALMO X1 - SEDE1 - CRAM1 - CENTRO POP1 - CASA DE PASSAGEM 1 - CRAS I	5	103	1	1	117
2.9	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo CO2 4 kg	UND	1090					4	2 - SEDE 1 - CRAS I 1 - SEDE IV		18			22
2.10	Pintura industrial e colocação de rótulo em	UND	1090					2	2 - CREAS			1	1	4

	Extintor de Incêndio do tipo CO2 6 kg												
2.11	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	1090						15		1		16
2.12	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	1090		5		7	3 - SEDE 1 - DEP/ALMO X 1 - CRAS I 1 - CRAS II 1 - CRAS III		112	1	1	126
2.13	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	1090							4			4
2.14	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	1090									1	1
3. MANUTENÇÃO E PEÇAS (ESTIMATIVA 12 MESES)													
3.1	Manutenção extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do AP 10 lt	UND	3662		3				5	103	109	2	222
3.2	Manutenção extintores / mangueira combate ao incêndio para	UND	3662							21			21

	extintor do CO2 4 kg							
3.3	Manutenção extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do CO2 6 kg	UND	3662		3			
3.4	Manutenção extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do PQS 4 kg	UND	3662					
3.5	Manutenção extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do PQS 6 kg	UND	3662		4	6		
3.6	Manutenção extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do PQS 8 kg	UND	3662					
3.7	Manutenção extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do PQS 12 kg	UND	3662					
3.8	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	250395		3			

	18	220	4	245
15	130	30		175
	112	48	6	176
	4			4
			6	6
	103	50	1	157

3.9	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo CO2 4 kg	UND	250394					
3.10	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo CO2 6 kg	UND	250394		3			
3.11	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	250395					
3.12	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	250395		4	2		
3.13	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	250395					
3.14	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	250395					
3.15	Difusor, material corpo plástico, aplicação em sistema de extintor de incêndio, material adaptador:	UND	472595					

	21			21
	18	55	1	77
15	130	26		171
	112	16	2	136
	4			4
			2	2
	39	26	2	67

	latão sextavado com rosca interna, material espalhador: latão, comprimento 30 cm, diâmetro do corpo 60 mm, diâmetro rosca 6,35m.						
3.16	Manômetro (indicador de pressão) em Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	250403		3		
3.17	Manômetro (indicador de pressão) em Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	250403				
3.18	Manômetro (indicador de pressão) em Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	250403		4	1	
3.19	Manômetro (indicador de pressão) em Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	250403				
3.20	Manômetro (indicador de pressão) em Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	250403				
3.21	Reposição de Válvula em Extintor de	UND	250397		3		

5	103	35	1	147
15	130	18		163
	112	65	2	184
	4			4
			2	2
5	103	26	1	138

	Incêndio do tipo AP 10 lt							
3.22	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo CO2 4 kg	UND	250396					
3.23	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo CO2 6 kg	UND	250396		3			
3.24	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	250397					
3.25	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	250397		4	1		
3.26	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	250397					
3.27	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	250397					
3.28	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	344484					

	21			21
	18	35	1	57
15	130	18		163
	112	65	2	184
	4			4
			2	2
5	103	26	1	135

3.29	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo CO2 4 kg	UND	344484					
3.30	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo CO2 6 kg	UND	344484					
3.31	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	344484					
3.32	Peça de reposição extintor incêndio material:	UND	344484			1		

		21				21
			18	35	1	54
	15	130				145
		112	65	2		180

	plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg							
3.33	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	344484					
3.34	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	344484					
3.35	Fita adesiva material PVC, tipo demarcação de solo, largura 50 mm, comprimento 30m, cor vermelha,	UND	607734					

	4			4
		18	2	20
1	5	25	5	36

	aplicação para demarcação de solo 48 mm x 30 m – rolo com 100 metros												
4.	LOCAÇÃO (5 EVENTOS/ANO)												
4.1	ALUGUEL - Extintor de incêndio, Material Mangueira: Borracha; Material Trama: Nylon; Material Válvula Saída: Latão Forjado; Material Cilindro: Aço Carbônico; Capacidade: 6 KG; Pressão Serviço: 10,5 KGF/CM2; Acabamento Superficial Cilindro: Pintura Epóxi-Pó Eletrostático; Normas Técnicas: Nbr 15808; Aplicação: Incêndio Classe "A", "B" E "C"; Material Carga: Pó Químico Seco - Pqs	UND	623903		10		250			20	20	20	320
4.2	ALUGUEL: Luz Emergência Tipo: Fixo À Parede; Tipo	UND	-				250			20	20	20	310

	Lâmpada: 21 Led'S De 2w; Tensão Alimentação: Bivolt V; Bateria:												
4.3	ALUGUEL: Placa Fotoluminesce nte Extintor de Incêndio Pó ABC com Agente e Classes de Fogo ; 15 X 20	UND	-				250			20	20	20	310
4.4	ALUGUEL: Suporte de Parede para Extintor de Incêndio	UND	-							20	20	20	60
4.5	ALUGUEL: Esta placa de sinalização indicativa de saída de emergência	UND	-				150			20	20	20	210
4.6	ALUGUEL: Suporte Tipo tripé para Extintor de Incêndio	UND	-				250					20	270

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA
(MATERIAIS A SEREM LOCADOS PARA EVENTOS)



End.: Rua Edigar de Deus Pitta, nº 914, antigo fórum, 1º andar, Aratu, Barreiras- Bahia - Fone: (77) 3614-7114 – CNPJ nº 13.654.405/0001-95

ANEXO III(CALENDÁRIO DE EVENTOS 2026)

CALENDÁRIO MUNICIPAL
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

Mês	Evento	Data
Janeiro	Folia de Reis	06
Fevereiro	Festa do Rio Grande – Oxum e Iemanjá	02
	Concurso de Rainha e Rei Momo	Data móvel
	Encontro de Paredões	Data móvel
	Barreiras Folia	Data móvel
	Nazáro	Quarta-Feira de Cinzas
Março	Dia Municipal da Cultura e da Poesia.	14
	FeirArt	Data móvel
Maio	Semana Nacional dos Museus	Data Móvel
	FLIB- Festa Literária Internacional de Barreiras	Data Móvel

	Descida de Boia	Data Móvel
	Festeja Barreiras	Data Móvel
	Aniversário de Barreiras	26
	Encontro de Motos	Data Móvel
	Encontro de Paredões	Data Móvel
Junho	Passeio Matuto da Vila dos Funcionários	Data Móvel
	São João de Barreiras – Arraia da Capital do Oeste	Data Móvel
	Encontro de Paredões	Data Móvel
	Concurso de Quadrilhas Juninas.	Data Móvel
Julho	Romaria do Cantinho Senhor dos Aflitos.	02
	Concurso MATOPIBA	Data Móvel
	Dia do Rock	13
Agosto	Dia do Evangélico	02

	FeirArt	Data Móvel
Setembro	Festival Primavera	Data móvel
	Encontro de Paredões	Data Móvel
	Primavera dos Museus	Data móvel
Outubro	Dia da Criança	12
Novembro	Barreiras 360 (Cultura e Turismo)	Data Móvel
	Dia da Consciência Negra	20
	Aniversário da Banda 26 de Maio	28
Dezembro	Apresentações finais das aulas da Escola de Música e Teatro	Data Móvel
	Natal Luz	Data Móvel
	Réveillon	31

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

PROCESSO Nº 3786/2026

1.1. Atendendo ao que preceitua o parágrafo 1º, inciso I, do artigo 18, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar instituído no âmbito das Secretarias tem o intuito de evidenciar o problema a ser resolvido e sua melhor solução, de modo a avaliar a viabilidade técnica e econômica da contratação, bem como fornecer informações relevantes para subsidiar o processo Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, recarga, inspeção e ensaio hidrostático de extintores de incêndio, com fornecimento de peças e componentes certificados, bem como locação eventual de equipamentos e sinalização de segurança contra incêndio, destinados à Secretarias Municipais em conformidade com as normas técnicas vigentes

1.2. O presente estudo tem por objetivo demonstrar a necessidade de realizar licitação via pregão eletrônico, visando à **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, recarga, inspeção e ensaio hidrostático de extintores de incêndio, com fornecimento de peças e componentes certificados, bem como locação eventual de equipamentos e sinalização de segurança contra incêndio, destinados à Secretarias Municipais em conformidade com as normas técnicas vigentes.**

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A contratação visa assegurar a manutenção preventiva e corretiva dos extintores de incêndio instalados nas edificações públicas municipais, garantindo:

- Conformidade com normas técnicas da ABNT (NBR 12962 e NBR 15808);
- Atendimento às exigências do Corpo de Bombeiros da Bahia;
- Observância da NR-23 (Proteção Contra Incêndios);
- Proteção à integridade física de servidores e munícipes;
- Preservação do patrimônio público.

Nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve observar planejamento, eficiência e prevenção de riscos.

A recarga anual e o teste hidrostático quinquenal são obrigações técnicas, sendo a omissão passível de sanções administrativas e interdição de prédios públicos.

2.2 A JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

2.2.1 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho: A aquisição, manutenção e recarga de extintores de incêndio se justifica pela necessidade de garantir a segurança patrimonial, ambiental e, sobretudo, a integridade física de servidores, colaboradores e usuários das instalações dos departamentos que compõem a Secretaria de Assistência Social e Trabalho de Barreiras. Trata-se de medida obrigatória e essencial para prevenção e combate a princípios de incêndio, atendendo às exigências legais e técnicas estabelecidas por normas nacionais de segurança.

Conforme a Norma Regulamentadora nº 23 do Ministério do Trabalho e a NBR 12962 e NBR 12693 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), é obrigatória a existência de equipamentos de prevenção e combate a incêndios em edificações e áreas de risco. Adicionalmente, o Corpo de Bombeiros Militar, por meio das Instruções Técnicas (IT), exige a manutenção em dia e o funcionamento adequado dos extintores como condição para emissão e renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

Considerando que os extintores possuem validade periódica e exigem recargas regulares após o uso ou vencimento, bem como inspeções e manutenções preventivas para garantir seu perfeito estado de funcionamento, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para fornecer, recarregar e realizar a manutenção desses equipamentos, conforme os prazos e tipos especificados para cada agente extintor (água, pó químico, CO₂, espuma etc.).

Além de ser uma exigência normativa, a manutenção em dia dos extintores previne acidentes, minimiza riscos operacionais e garante o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, ambiental e de segurança do trabalho, reduzindo passivos administrativos e judiciais em caso de sinistros. A ausência ou o mau funcionamento dos equipamentos configura grave infração, passível de multas, interdição do local e responsabilização civil e penal dos gestores.

Portanto, a presente justificativa visa respaldar tecnicamente a aquisição, recarga e manutenção dos extintores como medida indispensável à continuidade das atividades da instituição com segurança, regularidade e conformidade legal.

2.2.2 – Secretaria Municipal de Administração: A necessidade deste serviço é imperativa e fundamenta-se em aspectos legais, de segurança e de gestão patrimonial. A manutenção regular e a disponibilidade de extintores de incêndio em perfeitas condições de uso são exigências legais estabelecidas por diversas normas e legislações, tanto em âmbito federal quanto estadual e municipal. Entre as principais, destacam-se:

- **Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego:** A **NR-23 (Proteção Contra Incêndios)** estabelece a obrigatoriedade de todas as empresas e instituições dotarem-se de proteção contra incêndio, incluindo extintores, e manterem seus equipamentos em perfeitas condições de funcionamento.
- **Decreto Estadual nº 12.929/2011 (Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico da Bahia):** Este decreto e suas instruções técnicas complementares detalham as exigências para edificações na Bahia, incluindo a quantidade, tipo, localização e, crucialmente, a manutenção anual dos extintores. O não cumprimento dessas determinações pode acarretar multas, interdições e responsabilização civil e criminal.
- **Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas):** As **NBR 12962 (Inspeção, Manutenção e Recarga em Extintores de Incêndio)** e **NBR 13485 (Manutenção de Terceiro Nível - Vistoria e Verificação de Extintores**

de Incêndio), entre outras, especificam os procedimentos técnicos para a inspeção, manutenção e recarga dos equipamentos, garantindo sua eficiência e segurança.

O descumprimento dessas normas não apenas coloca em risco a vida dos servidores e cidadãos que frequentam os prédios públicos, mas também expõe a administração municipal a sanções legais e financeiras.

Além disso, os extintores de incêndio são a primeira linha de defesa contra focos de incêndio, permitindo o combate inicial e a contenção de chamas antes que se alastrem. Em um cenário de emergência, a prontidão e a eficácia desses equipamentos são cruciais para: a preservação da vida, a proteção do patrimônio público, a redução de custos com sinistros.

A recarga e manutenção dos extintores para todas as Secretarias da Prefeitura garante uma gestão mais eficiente e econômica, pois permite a padronização e qualidade, a economia de escala, o controle das manutenções e a otimização dos recursos.

Diante do exposto, a licitação para recarga e manutenção de extintores de incêndio para todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras não é apenas uma medida de precaução, mas uma exigência legal e uma premissa fundamental para a segurança da vida humana, a proteção do patrimônio público e a eficiência da gestão. A ausência ou a má conservação desses equipamentos representa um risco inaceitável e um passivo para a administração.

A contratação de uma empresa especializada para a execução desses serviços é, portanto, indispensável para garantir a segurança dos ambientes de trabalho, a conformidade com a legislação vigente e a continuidade dos serviços prestados à população de Barreiras.

2.2.3 – Fundo Municipal de Saúde de Barreiras: A presente demanda tem por finalidade a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção, recarga, inspeção e ensaio hidrostático de extintores de incêndio, com fornecimento de peças e componentes certificados, bem como a locação eventual de equipamentos e sinalização de segurança contra incêndio, destinados às unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Barreiras - BA e ao atendimento de eventos institucionais externos promovidos pela Administração.

A contratação é necessária para assegurar a plena operacionalidade e confiabilidade dos equipamentos de combate a incêndio instalados nas unidades de saúde, garantindo que estejam em condições adequadas de funcionamento, dentro dos prazos de validade e em conformidade com as normas técnicas e exigências dos órgãos de fiscalização competentes. Trata-se de medida essencial para a proteção da integridade física de servidores, usuários dos serviços públicos de saúde e demais frequentadores das unidades, além da preservação do patrimônio público.

Ressalta-se que os equipamentos de combate a incêndio possuem vida útil e prazos definidos para manutenção preventiva, inspeção técnica e recarga, sendo indispensável a realização periódica desses serviços por empresa especializada, devidamente qualificada e apta a fornecer peças e componentes certificados, assegurando a eficiência e a segurança dos dispositivos instalados.

A inexistência de manutenção adequada, a expiração dos prazos de validade ou a utilização de equipamentos fora das condições técnicas exigidas pode comprometer a segurança das instalações e das pessoas, além de gerar inconformidades perante os órgãos de controle e fiscalização, podendo resultar em responsabilização administrativa para a Administração Pública.

A previsão de locação eventual de equipamentos e sinalização de segurança contra incêndio visa atender situações específicas e temporárias, especialmente durante a realização de eventos institucionais externos, campanhas e ações itinerantes de saúde, garantindo que esses ambientes também estejam adequadamente estruturados quanto às medidas mínimas de segurança.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar ambientes mais seguros nas unidades de saúde e nas atividades institucionais externas, contribuindo para a prevenção de riscos, para a adequada gestão do patrimônio público e para o cumprimento das exigências técnicas relacionadas à segurança contra incêndio, em observância aos princípios da eficiência, da prevenção e da continuidade do serviço público.

2.2.4 – Secretaria Municipal de Educação: A presente demanda fundamenta-se no dever legal e institucional da Administração Pública de assegurar a integridade física da comunidade escolar, a proteção dos servidores e a preservação do patrimônio público. Nesse contexto, torna-se imprescindível garantir condições adequadas e rigorosas de prevenção e segurança contra incêndio e pânico em todas as instalações vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, abrangendo 49 unidades escolares da rede municipal, bem como os espaços utilizados para a realização de eventos institucionais externos.

Destaca-se, ainda, a relevância social e administrativa da medida, considerando que a rede municipal de ensino atende aproximadamente 25 mil estudantes, além de professores, gestores, servidores e demais usuários que circulam diariamente nas dependências escolares. Assim, a adoção das providências necessárias visa não apenas resguardar vidas e bens públicos, mas também assegurar o pleno atendimento às normas técnicas vigentes e às exigências estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, garantindo a ocupação regular e segura das edificações públicas.

-A contratação contempla:

- Recarga de extintores (CO₂, PQS ABC e água pressurizada);
- Testes hidrostáticos;
- Manutenção de 1º, 2º e 3º níveis;
- Pintura e rotulagem técnica;
- Reposição de componentes;
- Fornecimento de sinalização;
- Locação eventual de equipamentos de segurança para eventos externos.

-A necessidade está alinhada ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que exige adequada caracterização da necessidade pública na fase preparatória do processo licitatório.

2.2.5 – Secretaria de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte: - A presente demanda decorre da obrigação legal da Administração Pública de assegurar condições adequadas de segurança contra incêndio e pânico nas instalações da Secretaria de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes, especialmente na garagem municipal, bem como em locais de realização de eventos institucionais externos.

- A garagem municipal abriga veículos leves e pesados, máquinas, equipamentos, combustíveis e materiais diversos, configurando ambiente com carga de incêndio relevante, exigindo a manutenção periódica e obrigatória dos sistemas de proteção por extintores.

- A contratação contempla:

- Recarga de extintores (CO₂, PQS ABC e água pressurizada);
- Testes hidrostáticos;
- Manutenção de 1º, 2º e 3º níveis;
- Pintura e rotulagem técnica;
- Reposição de componentes;
- Fornecimento de sinalização;
- Locação eventual de equipamentos de segurança para eventos externos.

-A necessidade está alinhada ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que exige adequada caracterização da necessidade pública na fase preparatória do processo licitatório

2.2.6 – Secretaria de Cultura e Turismo: A presente demanda decorre da obrigação legal da Administração Pública de assegurar condições adequadas de segurança contra incêndio e pânico nas instalações da Secretaria de Cultura e Turismo, equipamentos, bem como em locais de realização de eventos institucionais externos.

A Biblioteca Municipal abriga Livros e materiais didáticos, configurando ambiente com carga de incêndio relevante, exigindo a manutenção periódica e obrigatória dos sistemas de proteção por extintores.

A contratação contempla:

- Recarga de extintores (CO₂, PQS ABC e água pressurizada);
- Testes hidrostáticos;
- Manutenção de 1º, 2º e 3º níveis;
- Pintura e rotulagem técnica;
- Reposição de componentes;
- Fornecimento de sinalização;
- Locação eventual de equipamentos de segurança para eventos externos.

A necessidade está alinhada ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que exige adequada caracterização da necessidade pública na fase preparatória do processo licitatório.

2.2.7 – Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer: A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a necessidade de abertura de processo administrativo para manutenção de extintores de incêndio, visando atender às demandas da Secretaria, abrangendo os seguintes setores e equipamentos públicos sob sua responsabilidade: Ginásio de Esportes, Estádio Geraldo Pereira, Praça da Juventude, Nova Sede Administrativa e Centro Esportivo Deputado Luiz Braga.

Conforme levantamento técnico realizado por meio de planilha de controle patrimonial e de segurança, foi identificado o quantitativo de 41 (quarenta e um) extintores de incêndio que necessitam de manutenção, considerando os equipamentos atualmente disponíveis nas unidades desta Secretaria.

A contratação se faz indispensável tendo em vista que os extintores de incêndio são equipamentos essenciais para a prevenção e combate a princípios de incêndio, garantindo a integridade física de servidores, usuários dos espaços públicos e do patrimônio público.

Ressalta-se que os espaços atendidos por esta Secretaria possuem fluxo contínuo de pessoas e, em determinadas ocasiões, recebem grande público em eventos esportivos e comunitários, o que exige rigor no cumprimento das normas de segurança. A utilização de extintores sem a devida manutenção compromete sua eficácia em situações de emergência e pode configurar descumprimento das exigências estabelecidas pelos órgãos competentes, especialmente o Corpo de Bombeiros.

Destaca-se ainda que a manutenção periódica dos extintores é obrigatória, sendo necessária para assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo inspeções técnicas, testes, substituição de componentes, recarga quando necessária e certificação conforme normas vigentes.

Diante do exposto, justifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de manutenção de 41 (quarenta e um) extintores de incêndio, assegurando que todos os equipamentos estejam em perfeitas condições de uso, devidamente certificados e dentro dos prazos de validade exigidos.

2.2.8 – Secretaria de Segurança Cidadã e Trânsito: A presente demanda tem como objetivo atender à necessidade de adequação e reforço das medidas de segurança contra incêndio nas dependências da Secretaria de Segurança.

A disponibilização e manutenção adequada de extintores de incêndio são essenciais para a prevenção e o combate inicial a princípios de incêndio, contribuindo diretamente para a preservação da integridade física dos servidores, visitantes e do patrimônio público.

Destaca-se que a ausência, insuficiência ou irregularidade dos extintores pode comprometer a capacidade de resposta em situações emergenciais, além de estar em desacordo com as normas de segurança vigentes e exigências dos órgãos fiscalizadores.

Dessa forma, a formalização desta demanda se justifica pela necessidade de garantir condições adequadas de segurança, atender às normas técnicas aplicáveis e assegurar um ambiente de trabalho seguro e preparado para situações de risco.

2.2.9 – Secretaria de Agricultura e Tecnologia: A presente demanda decorre da obrigação legal da Administração Pública de assegurar condições adequadas de segurança contra incêndio e pânico nas instalações da Secretaria de Agricultura e Tecnologia, especialmente no CAB I - Centro de Abastecimento (Feira), bem como em locais de realização de eventos institucionais externos.

O Centro de Abastecimento CAB I, configura-se como ambiente com carga de incêndio relevante, exigindo a manutenção periódica e obrigatória dos sistemas de proteção por extintores.

A necessidade está alinhada ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que exige adequada caracterização da necessidade pública na fase preparatória do processo licitatório.

3. ÁREAS REQUISITANTES

Área Requisitante	Responsável
<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Assistência Social e Trabalho; Secretaria de Saúde; Secretaria de Administração; Secretaria de Educação; Secretaria de Infraestrutura. Secretaria de Cultura e Turismo Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer Secretaria de Segurança Cidadã e Trânsito Secretaria de Agricultura e Tecnologia 	<ul style="list-style-type: none"> Ivanete Gomes da Silva Bastos; Larissa Gomes Barbosa; Gislaine Cesar de Carvalho Barbosa; Jeferson Barbosa dos Santos Neves; Bruno José Castro. Virgulino de Lima Pinto Balthazar Profeta Guimarães Fábio Cruz e Silva de Santana Joaquim Pedro Soares Neto

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A demanda decorre de levantamento técnico realizado junto às Secretarias Municipais, que identificou a necessidade de manutenção anual obrigatória dos equipamentos e a realização periódica de testes hidrostáticos.

A contratação encontra respaldo:

- Na Lei Orçamentária Anual vigente;
- Na programação administrativa das Secretarias;
- No planejamento progressivo de consolidação do Plano de Contratações Anual, conforme diretrizes do art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021.

Trata-se, portanto, de despesa previsível, recorrente e vinculada à atividade-meio da Administração.

4.2. Considerando a natureza do objeto, os requisitos mínimos exigidos incluem:

- Registro e certificação junto ao INMETRO;
- Observância às normas ABNT NBR 12962 e NBR 15808;
- Comprovação de capacidade técnica por meio de atestados;
- Estrutura física adequada à realização de testes hidrostáticos;
- Profissionais capacitados;

- Fornecimento de extintores substitutos durante a execução.

Tais exigências decorrem do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir qualificação técnica compatível com o objeto.

4.3. Qualidade dos Materiais: A qualidade dos materiais utilizados na manutenção, recarga e eventual substituição dos extintores constitui elemento essencial para a efetividade da solução contratada, considerando que tais equipamentos são dispositivos de segurança destinados à contenção inicial de incêndios, com impacto direto na preservação de vidas e do patrimônio público.

A contratada deverá observar rigorosamente:

- As normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente NBR 12962 (manutenção de extintores) e NBR 15808 (inspeção técnica e requisitos);
- As regulamentações do INMETRO relativas à certificação compulsória;
- As exigências do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia;
- As diretrizes da NR-23 do Ministério do Trabalho.

Os agentes extintores utilizados deverão:

- Ser novos e certificados;
- Estar dentro do prazo de validade;
- Atender às especificações técnicas do fabricante;
- Possuir selo de conformidade vigente.

Os cilindros que forem submetidos a teste hidrostático deverão receber:

- Gravação permanente da data do ensaio;
- Identificação da empresa executora;
- Laudo técnico correspondente.

No caso de substituição de peças (válvulas, mangueiras, difusores, gatilhos e demais componentes), estas deverão ser originais ou compatíveis certificadas, vedada a utilização de peças reconcondicionadas ou sem rastreabilidade.

A Administração poderá:

- Exigir apresentação de certificados de conformidade;
- Solicitar laudos técnicos;
- Realizar conferência amostral dos serviços executados;
- Recusar equipamentos que não atendam aos padrões estabelecidos.

Tal exigência encontra fundamento no art. 42 e no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, que impõem à Administração o dever de fiscalização contratual e de recebimento apenas do objeto que atenda às especificações pactuadas.

A observância dos padrões de qualidade não constitui formalidade excessiva, mas requisito técnico indispensável à garantia de segurança, eficiência e conformidade normativa dos prédios públicos municipais de Barreiras.

4.4. Capacidade de Produção e Entrega: A empresa deve possuir capacidade técnica e logística para prestar os serviços dentro dos prazos específicos, atendendo a todo o quadro de localidades fornecidas em tempo hábil. A contratação será

realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, por se tratar de serviço passível de competição, as exigências de **qualificação técnica** e **qualificação econômico-financeira** serão definidas no Termo de Referência, observando-se os critérios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo que os licitantes atendam aos requisitos mínimos para a execução do objeto e assegurando a plena competitividade entre os participantes.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Uma das soluções disponíveis no mercado, a mais viável e mais favorável ao município, é o serviço por meio de licitação pública, garantindo transparência, competitividade e preços acessíveis, além de reduzir desperdícios de tempo e informação, facilitando a fiscalização e gestão, viabilizando o critério de economicidade e sustentabilidade para a Administração.

O município não possui servidores qualificados, local adequado e nem maquinários para a prestação do serviço de manutenção e recarga, sendo inviável a compra de máquinas, extintores, qualificação profissional e contratação de pessoal, o que inflaria a máquina pública e gastos desnecessários, já que não se caracteriza serviço continuado.

Foram avaliadas as seguintes soluções:

a) Execução direta pela Administração

Inviável, pois demandaria aquisição de maquinário específico, certificação técnica e contratação de profissionais especializados, gerando custo fixo elevado e incompatível com a demanda periódica.

b) Substituição integral dos extintores

Economicamente desvantajosa, pois a manutenção apresenta custo significativamente inferior à aquisição de novos equipamentos, além de contrariar diretrizes ambientais.

c) Contratação de empresa especializada (solução escolhida)

Apresenta maior viabilidade técnica e econômica, permite pagamento conforme demanda e transfere à contratada a responsabilidade técnica pela conformidade normativa.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1 A solução proposta é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção, recarga e teste hidrostático de extintores de incêndio, com eventual substituição de equipamentos que se tornem inservíveis, garantindo a regularidade e a plena funcionalidade dos dispositivos de segurança instalados nos prédios públicos municipais. A contratação permitirá assegurar que todos os extintores estejam em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, devidamente certificados e aptos para utilização em emergências, promovendo a proteção da integridade física de servidores e usuários, bem como a preservação do patrimônio público.

Considerando a necessidade pontual de utilização de materiais e equipamentos de combate a incêndios durante a realização de eventos promovidos pelo Município, bem como o fato de que tais demandas ocorrem de forma esporádica e temporária, a locação mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública.

A adoção da locação evita custos elevados com aquisição, armazenamento, manutenção preventiva e corretiva, além da necessidade de substituição periódica dos equipamentos para atendimento às normas de segurança vigentes. Dessa forma, garante-se a disponibilização de materiais adequados, em conformidade com as exigências dos órgãos

fiscalizadores e de segurança, assegurando maior eficiência, economicidade e segurança na realização dos eventos municipais.

Os serviços a serem executados deverão contemplar a realização de manutenção de 1º, 2º e 3º níveis, quando necessária, incluindo recarga, substituição de componentes, teste hidrostático, inspeção técnica e colocação de lacres e selos de conformidade. Caso seja constatada a inviabilidade técnica de recuperação de algum equipamento, poderá ser realizada sua substituição por outro devidamente certificado, observando rigorosamente as especificações técnicas definidas no Termo de Referência. A execução deverá ocorrer de forma programada e organizada, evitando a indisponibilidade prolongada dos equipamentos nas unidades administrativas.

6.2 A proposta de solução consiste, portanto, na contratação de empresa especializada por meio de processo licitatório, considerando a natureza de serviço comum do objeto, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital. Dessa forma, a contratação deverá ocorrer na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por lote, assegurando ampla competitividade entre os fornecedores do mercado e observância aos princípios da economicidade, eficiência e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021. A adoção dessa modalidade mostra-se adequada à demanda do Município de Barreiras, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6.3 Após a conclusão do procedimento licitatório e formalização do contrato, a empresa contratada deverá executar os serviços conforme os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência e nas ordens de serviço emitidas pela Administração. A retirada, manutenção e devolução dos extintores deverão seguir rigorosamente as especificações técnicas descritas, observando os quantitativos estimados e as unidades de medida correspondentes, bem como as exigências de certificação e qualidade aplicáveis. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às penalidades previstas na legislação e no instrumento contratual.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1 As Quantidades foram levantadas junto às Secretarias pela Secretaria Municipal de Planejamento, e tiveram por base o quantitativo total do contrato anterior, estes redefinidos, para mais ou para menos, conforme o fornecimento e necessidade das secretarias.

7.2 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste ETP, prevalecem as disposições deste Estudo.

LOTE 01				
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QTE TOTAL
1.	RECARGA (ANUAL)			
1.1	236535	CARGA de extintor de incêndio gás carbônico (CO2) – Classe B: Líquidos inflamáveis. Classe C: Equipamentos elétricos, 6KG	UND	81

1.2	6007 34	CARGA de extintor de incêndio (PQS) ABC - Classe A: Papel, madeira, tecido, materiais sólidos. Classe B: Líquidos e gases, 6KG	UND	248
1.3	6279 21	CARGA de extintor de incêndio (PQS) ABC – Classe A: Papel, madeira, tecido, materiais sólidos. Classe B: Líquidos e gases, 12KG	UND	99
1.4	3270 95	CARGA de extintor de incêndio água pressurizada (AP) - Classe A: Papel, madeira, tecido, materiais sólidos: Capacidade, 10L	UND	237
1.5	2365 36	Carga extintor incêndio. Tipo carga: Gás Carbônico CO2. Capacidade de carga: 4KG	UND	29
1.6	2399 33	Carga extintor incêndio. Tipo carga: Pó químico seco. Capacidade de carga: 8KG	UND	4
1.7	2365 40	Carga extintor incêndio. Tipo carga: Pó químico seco. Capacidade de carga: 6KG	UND	127
1.8	2365 41	Carga extintor incêndio. Tipo carga: Pó químico seco. Capacidade de carga: 4KG	UND	145
LOTE 02				
2.	TESTE E PINTURA			
2.1	1807 4	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	127
2.2	1807 4	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo CO2 4 kg	UND	29
2.3	1807 4	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo CO2 6 kg	UND	27
2.4	1807 4	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	146
2.5	1807 4	Ar Respirável – Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	144
2.6	1807 4	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	4
2.7	1807 4	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	1
2.8	1090	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	117
2.9	1090	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo CO2 4 kg	UND	22
2.10	1090	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo CO2 6 kg	UND	4
2.11	1090	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	16
2.12	1090	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	126

2.13	1090	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	4
2.14	1090	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	1
3.	MANUTENÇÃO E PEÇAS (ESTIMATIVA 12 MESES)			
3.1	3662	Manutenção extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do AP 10 lt	UND	222
3.2	3662	Manutenção extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do CO2 4 kg	UND	21
3.3	3662	Manutenção extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do CO2 6 kg	UND	245
3.4	3662	Manutenção extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do PQS 4 kg	UND	175
3.5	3662	Manutenção extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do PQS 6 kg	UND	176
3.6	3662	Manutenção extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do PQS 8 kg	UND	4
3.7	3662	Manutenção extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do PQS 12 kg	UND	6
3.8	2503 95	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	157
3.9	2503 94	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo CO2 4 kg	UND	21
3.10	2503 94	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo CO2 6 kg	UND	77
3.11	2503 95	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	171
3.12	2503 95	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	136
3.13	2503 95	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	4
3.14	2503 95	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	2
3.15	4725 95	Difusor, material corpo plástico, aplicação em sistema de extintor de incêndio, material adaptador: latão sextavado com rosca interna, material espalhador: latão, comprimento: 30cm, diâmetro do corpo 60 mm, diâmetro rosca 6,35m.	UND	67
3.16	2504 03	Manômetro (indicador de pressão) em Extintor de Incêndio do tipo AP 10 Lt.	UND	147
3.17	2504 03	Manômetro (indicador de pressão) em Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	163
3.18	2504 03	Manômetro (indicador de pressão) em Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	184

3.19	2504 03	Manômetro (indicador de pressão) em Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	4
3.20	2504 03	Manômetro (indicador de pressão) em Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	2
3.21	2503 97	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	138
3.22	2503 96	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo CO2 4 kg	UND	21
3.23	2503 96	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo CO2 6 kg	UND	57
3.24	2503 97	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	163
3.25	2503 97	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	184
3.26	2503 97	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	4
3.27	2503 97	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	2
3.28	3444 84	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	135
3.29	3444 84	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo CO2 4 kg	UND	21
3.30	3444 84	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo CO2 6 kg	UND	54
3.31	3444 84	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	145
3.32	3444 84	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	180
3.33	3444 84	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	4
3.34	3444 84	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	20
3.35	6077 34	Fita adesiva material PVC, tipo demarcação de solo, largura 50 mm, comprimento 30m, cor vermelha, aplicação para demarcação de solo 48 mm x 30 m – rolo com 100 metros	UND	36

4.	LOCAÇÃO EVENTOS/ANUAL			
4.1	6239 03	ALUGUEL - Material Mangueira: Borracha; Material Trama: Nylon; Material Válvula Saída: Latão Forjado; Material Cilindro: Aço Carbônico; Capacidade: 6 KG; Pressão Serviço: 10,5 KGF/CM2; Acabamento Superficial Cilindro: Pintura Epóxi-Pó Eletrostático; Normas Técnicas: Nbr 15808; Aplicação: Incêndio Classe "A", "B" E "C"; Material Carga: Pó Químico Seco - Pqs	UND	320
4.2	-	ALUGUEL: Luz Emergência Tipo: Fixo À Parede; Tipo Lâmpada: 21 Led'S De 2w; Tensão Alimentação: Bivolt V; Bateria:	UND	310
4.3	-	ALUGUEL: Placa Fotoluminescente Extintor de Incêndio Pó ABC com Agente e Classes de Fogo; 15 X 20	UND	310
4.4	-	ALUGUEL: Suporte de Parede para Extintor de Incêndio	UND	60
4.5	-	ALUGUEL: Esta placa de sinalização indicativa de saída de emergência	UND	210
4.5	-	ALUGUEL: Suporte Tipo tripé para Extintor de Incêndio	UND	270

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se o valor desta contratação, em R\$ **R\$ 675.959,00** (seiscentos e setenta e cinco mil novecentos e cinquenta e nove reais).

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 Nos termos do artigo 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, o objeto será parcelado **por lotes**, considerando a necessidade de agrupamento de itens de mesma natureza e que guardam relação entre si, de modo a garantir maior eficiência na execução contratual, racionalização administrativa e economicidade. O parcelamento em lotes mostra-se tecnicamente mais adequado, permitindo a ampliação da competitividade sem comprometer a gestão do contrato e assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1 A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, recarga e teste hidrostático de extintores de incêndio é autônoma e não depende de outras contratações correlatas para sua execução. Trata-se de serviço específico e plenamente executável por empresa devidamente habilitada e certificada, que disponha de estrutura técnica adequada e atendimento às normas vigentes.

Eventuais substituições de equipamentos inservíveis ou fornecimento de extintores novos, quando necessários, integram a própria solução contratada, não caracterizando fracionamento indevido ou dependência de contratação

paralela. Assim, a execução do objeto ocorrerá de forma completa e independente, garantindo a regularidade dos equipamentos de combate a incêndio instalados nas unidades administrativas do Município de Barreiras, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1 A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, recarga e teste hidrostático de extintores de incêndio destinados às Secretarias Municipais de Barreiras encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico do Município, especialmente às diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual – PPA (Lei nº 1.703, de 04 de novembro de 2025), referente ao período de 2026 a 2029, bem como à Lei Orçamentária Anual – LOA nº 1.704/2025. A contratação integra as ações voltadas à manutenção da infraestrutura administrativa e à garantia da segurança das unidades públicas municipais, constituindo medida necessária à continuidade dos serviços essenciais.

A demanda foi planejada considerando, primeiramente, os objetivos estratégicos do Município relacionados à adequada manutenção das estruturas físicas das Secretarias e Fundos Municipais, assegurando condições seguras de funcionamento das repartições públicas. A regularização e manutenção dos equipamentos de combate a incêndio atendem não apenas a exigências normativas, mas também ao dever da Administração de proteger servidores, usuários e o patrimônio público.

No que se refere ao orçamento e à disponibilidade financeira, a contratação foi estruturada com base na previsão constante na LOA nº 1.704/2025, de 04 de novembro de 2025, bem como no respectivo Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) 001 de 05 de janeiro de 2026, havendo dotação orçamentária compatível para suportar a despesa. A previsão financeira observou critérios de responsabilidade fiscal e planejamento, garantindo a existência de recursos suficientes para a execução contratual.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Os resultados pretendidos com a presente contratação são:

- **Regularidade e conformidade técnica:** assegurar que todos os extintores instalados nas unidades administrativas do Município de Barreiras estejam devidamente recarregados, certificados e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e exigências do Corpo de Bombeiros;
- **Segurança institucional:** garantir a proteção da integridade física de servidores, colaboradores e usuários dos serviços públicos, bem como a preservação do patrimônio municipal em situações de emergência;
- **Prevenção de riscos e continuidade do serviço público:** evitar interdições, autuações ou sanções administrativas decorrentes da ausência de manutenção adequada dos equipamentos de combate a incêndio;
- **Eficiência e economicidade:** promover manutenção preventiva periódica, reduzindo custos com aquisições emergenciais ou substituições integrais desnecessárias, além de assegurar procedimento licitatório competitivo e vantajoso ao erário, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Transparência e economicidade: garantir processo licitatório competitivo e vantajoso ao erário.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1 Ações complementares:

- Levantamento e atualização do inventário dos equipamentos: realização de conferência detalhada dos extintores existentes nas unidades administrativas do Município de Barreiras, com identificação de tipo, capacidade, data da última manutenção e necessidade de teste hidrostático;
- Definição de cronograma de execução dos serviços: organização prévia da retirada, manutenção e devolução dos equipamentos, de forma escalonada, a fim de evitar a indisponibilidade simultânea de extintores em uma mesma unidade;
- Designação e capacitação dos fiscais do contrato: indicação formal de servidor responsável pelo acompanhamento da execução, com orientação quanto aos critérios de conferência técnica, recebimento do objeto e registro de ocorrências, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- Observância de práticas sustentáveis: incentivo à reutilização de cilindros em condições adequadas, destinação ambientalmente correta de resíduos e agentes extintores substituídos, bem como cumprimento das normas ambientais aplicáveis, reduzindo impactos ao meio ambiente.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A prestação de serviços de manutenção, recarga e teste hidrostático de extintores de incêndio envolve potenciais impactos ambientais relevantes, especialmente em razão do manuseio de agentes extintores (como pó químico seco, CO₂ e água pressurizada), da substituição de componentes metálicos e borrachas, da geração de resíduos provenientes de cargas vencidas ou contaminadas e da necessidade de destinação adequada de materiais inservíveis. Além disso, o processo pode envolver consumo de energia elétrica e utilização de equipamentos industriais para ensaios hidrostáticos e pressurização.

Com vistas à mitigação desses impactos e à promoção de práticas sustentáveis, a empresa contratada deverá adotar medidas que assegurem a conformidade ambiental dos serviços executados, em observância aos princípios da administração pública sustentável e às diretrizes de contratações sustentáveis previstas na Lei nº 14.133/2021. Assim, estabelecem-se como exigências mínimas:

- Adoção de boas práticas ambientais durante a execução dos serviços, priorizando o uso racional de recursos energéticos e a minimização de desperdícios no processo de manutenção e recarga.
- Elaboração e execução de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, contemplando a correta segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de agentes extintores substituídos, cilindros condenados, peças inutilizadas e demais resíduos gerados, nos termos da legislação ambiental vigente.
- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos químicos e materiais contaminados, vedado o descarte irregular em rede pública de esgoto ou em aterros comuns, devendo a contratada comprovar a rastreabilidade da destinação final quando solicitado.
- Prioridade à recuperação e reutilização de cilindros tecnicamente aptos, mediante aprovação em teste hidrostático, reduzindo a necessidade de fabricação de novos equipamentos e, conseqüentemente, o impacto ambiental associado.

- Monitoramento das práticas adotadas, podendo a Administração solicitar comprovação documental da regularidade ambiental da empresa durante a execução contratual, assegurando o cumprimento das normas aplicáveis.

Dessa forma, busca-se garantir que a contratação atenda não apenas às exigências técnicas e de segurança, mas também aos princípios da sustentabilidade, da responsabilidade socioambiental e da economicidade, promovendo a adequada gestão ambiental no âmbito das unidades públicas do Município de Barreiras.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Considerando os aspectos técnicos, econômicos e administrativos apresentados, conclui-se pela viabilidade da contratação de empresa especializada na recarga, manutenção de extintores para atender às demandas das Secretarias Municipais de Barreiras.

15.2. A contratação mostra-se vantajosa, alinhada aos objetivos institucionais e compatível com o planejamento orçamentário vigente.

16. RESPONSÁVEIS

Barreiras – BA, em 17 de junho de 2026.

ALDIR JOEL RESMINI
Subsecretário de Planejamento

**ANEXO I DO ETP
(QUANTITATIVO POR SECRETARIA)**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	CODIGO	SECRETARIA DE AGRICULTURA E TECNOLOGIA	SECRETARIA DE SEGURANÇA CIDADÃ E TRÂNSITO	SECRETARIA DE ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	DIVISÃO DE DEMANDAS SEMAST	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE	TOTAL POR ITEM
LOTE 01														
1.	RECARGA (ANUAL)													
1.1	CARGA de extintor de incêndio gás carbônico (CO2) - Classe B: Líquidos inflamáveis. Classe C: Equipamentos elétricos, 6KG	UND	236535	16	3		8	2	2 - CREAS		18	30	4	81
1.2	CARGA de extintor de incêndio (PQS) ABC - Classe A: Papel, madeira, tecido, materiais sólidos. Classe B: Líquidos e gases, 6KG	UND	600734	6	4		12					220	6	248
1.3	CARGA de extintor de	UND	627921			41	4					48	6	99

	incêndio (PQS) ABC - Classe A: Papel, madeira, tecido, materiais sólidos. Classe B: Líquidos e gases, 12KG													
1.4	CARGA de extintor de incêndio água pressurizada (AP) - Classe A: Papel, madeira, tecido, materiais sólidos: Capacidade, 10L	UND	327095		3			15	4 - SEDE 1- CRAM 2 - CRAS I 2 - CRAS II 2 - CRAS III 2 - CRAS IV 2 - CRAS	5	103	109	2	237
1.5	Carga extintor incêndio . Tipo carga: Gás Carbônico CO2. Capacidade e de carga: 4KG	UND	236536					8	3 - SEDE 3 - CRAS I 3 - CRAS IV		21			29
1.6	Carga extintor incêndio . Tipo carga: Pó químico seco. Capacidade e de carga: 8KG	UND	239933								4			4

1.7	Carga extintor incêndio . Tipo carga: Pó químico seco. Capacidade e de carga: 6KG	UND	236540					15	3 - SEDE 2 - DEPÓSITO/ ALMOX 2 - CRAS I 2 - CRAS II 2 - CRAS III 2 - CRAS IV 2 - CRAS V	112			127
1.8	Carga extintor incêndio . Tipo carga: Pó químico seco. Capacidade e de carga: 4KG	UND	236541							15	130		145
	TOTAL												
	LOTE 02												
2.		TESTES E PINTURA (ANO)											

2.1	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	18074		3		14	2 - CONSELH O T 2 - DEP/ALM OX 2 - SEDE 2 - CRAM 2 - CONSELH O T 2 - DEP/ALM OX 2 SEDE 2 - CRAM 4 - CRAS I 1 - CRAS II 1 - CRAS III 1 - CRAS IV 1 - CRAS V 1 - CREAS 1 - CENTRO POP	5	103	1	1	127
2.2	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo CO2 4 kg	UND	18074				8	4 - SEDE 2 - CRAS I 2 - CRAS IV		21			29
2.3	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo CO2 6 kg	UND	18074		3		4	4 - CREAS		18	1	1	27
2.4	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	18074						15	130	1		146
2.5	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	18074		4	12	14	4 - SEDE 4 - DEP/ALM OX 2 - CRAS I 1 - CRAS II 1 - CRAS III 1 - CRAS IV 1 CRAS V		112	1	1	144

2.6	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	18074							4			4	
2.7	Ar Respirável - Teste Hidrostático em Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	18074									1	1	
2.8	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	1090					7	1 - CONSELHO T1 - DEP/ALMOX1 - SEDE1 - CRAM1 - CENTRO POP1 - CASA DE PASSAGEM1 - CRAS I	5	103	1	1	117
2.9	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo CO2 4 kg	UND	1090					4	2 - SEDE1 - CRAS I1 - SEDE IV		18			22
2.10	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo CO2 6 kg	UND	1090					2	2 - CREAS			1	1	4
2.11	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	1090							15		1		16

2.12	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	1090			5		7	3 - SEDE 1 - DEP/ALM OX 1 - CRAS I 1 - CRAS II 1 - CRAS III		112	1	1	126
2.13	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	1090								4			4
2.14	Pintura industrial e colocação de rótulo em Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	1090										1	1
3.	MANUTENÇÃO E PEÇAS (ESTIMATIVA 12 MESES)													
3.1	Manutenção o extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do AP 10 lt	UND	3662		3					5	103	109	2	222
3.2	Manutenção o extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do CO2 4 kg	UND	3662								21			21
3.3	Manutenção o extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do CO2 6 kg	UND	3662		3						18	220	4	245
3.4	Manutenção o	UND	3662							15	130	30		175

	extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do PQS 4 kg													
3.5	Manutenção o extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do PQS 6 kg	UND	3662		4	6					112	48	6	176
3.6	Manutenção o extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do PQS 8 kg	UND	3662								4			4
3.7	Manutenção o extintores / mangueira combate ao incêndio para extintor do PQS 12 kg	UND	3662										6	6
3.8	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	250395		3						103	50	1	157
3.9	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo CO2 4 kg	UND	250394								21			21
3.10	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor	UND	250394		3						18	55	1	77

	de Incêndio do tipo CO2 6 kg													
3.11	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	250395							15	130	26		171
3.12	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	250395		4	2					112	16	2	136
3.13	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	250395								4			4
3.14	Reposição de gatilho de mangueira de Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	250395										2	2
3.15	Difusor, material corpo plástico, aplicação em sistema de extintor de incêndio, material adaptador: latão sextavado com rosca interna, material espalhador : latão, comprimento 30 cm, diâmetro	UND	472595								39	26	2	67

	do corpo 60 mm, diâmetro rosca 6,35m.													
3.16	Manômetro (indicador de pressão) em Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	250403		3					5	103	35	1	147
3.17	Manômetro (indicador de pressão) em Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	250403							15	130	18		163
3.18	Manômetro (indicador de pressão) em Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	250403		4	1					112	65	2	184
3.19	Manômetro (indicador de pressão) em Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	250403								4			4
3.20	Manômetro (indicador de pressão) em Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	250403										2	2
3.21	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	250397		3					5	103	26	1	138

3.22	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo CO2 4 kg	UND	250396							21			21
3.23	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo CO2 6 kg	UND	250396		3					18	35	1	57
3.24	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	250397							15	130	18	163
3.25	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	250397		4	1				112	65	2	184
3.26	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg	UND	250397							4			4
3.27	Reposição de Válvula em Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg	UND	250397									2	2
3.28	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo AP 10 lt	UND	344484							5	103	26	135
3.29	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico,	UND	344484							21			21

	diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo CO2 4 kg													
3.30	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo CO2 6 kg	UND	344484								18	35	1	54
3.31	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo PQS 4 kg	UND	344484							15	130			145
3.32	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo PQS 6 kg	UND	344484			1					112	65	2	180

3.33	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo PQS 8 kg		UND	344484							4			4	
3.34	Peça de reposição extintor incêndio material: plástico, diâmetro 12 mm, cor: preta/branca, tipo material: tubo sifão em Extintor de Incêndio do tipo PQS 12 kg		UND	344484								18	2	20	
3.35	Fita adesiva material PVC, tipo demarcação de solo, largura 50 mm, comprimento 30m, cor vermelha, aplicação para demarcação de solo 48 mm x 30 m – rolo com 100 metros		UND	607734							1	5	25	5	36
4.		LOCAÇÃO (5 EVENTOS/ANO)													
4.1	ALUGUEL - Extintor de incêndio, Material Mangueira: Borracha; Material Trama:		UND	623903		10		250				20	20	20	320

	Nylon; Material Válvula Saída: Latão Forjado; Material Cilindro: Aço Carbônico; Capacidade : 6 KG; Pressão Serviço: 10,5 KGF/CM2; Acabament o Superficial Cilindro: Pintura Epóxi-Pó Eletrostátic o; Normas Técnicas: Nbr 15808; Aplicação: Incêndio Classe "A", "B" E "C"; Material Carga: Pó Químico Seco - Pqs													
4.2	ALUGUEL: Luz Emergênci a Tipo: Fixo À Parede; Tipo Lâmpada: 21 Led'S De 2w; Tensão Alimentaça o: Bivolt V; Bateria:	UND	-				250				20	20	20	310
4.3	ALUGUEL: Placa Fotolumine scente Extintor de Incêndio Pó ABC com Agente e Classes de Fogo ; 15 X 20	UND	-				250				20	20	20	310
4.4	ALUGUEL: Suporte de Parede para Extintor de Incêndio	UND	-								20	20	20	60

4.5	ALUGUEL: Esta placa de sinalização indicativa de saída de emergência		UND	-				150				20	20	20	210
4.6	ALUGUEL: Suporte Tipo tripé para Extintor de Incêndio		UND	-				250						20	270

ANEXO III
MINUTA CONTRATUAL

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº _____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, recarga, inspeção e ensaio hidrostático de extintores de incêndio, com fornecimento de peças e componentes certificados, bem como locação eventual de equipamentos e sinalização de segurança contra incêndio, destinados à Secretarias Municipais em conformidade com as normas técnicas vigentes, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 3786/2026, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do atesto na Nota Fiscal, pelo Fiscal do Contrato;
- 4.2. Forma de pagamento:
 - 4.2.1. As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento;

4.2.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá encaminhar juntamente com Nota Fiscal, os seguintes documentos:

- I – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- II - Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- IV - Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

4.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado;

4.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

4.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

4.2.6. Independentemente do percentual de tributos inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

4.2.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

5.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de realização do orçamento estimado pela Administração, nos termos do § 7º, art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

5.2 Após o interregno de um ano, mediante o pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

5.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.6 O reajuste será realizado por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

6.1 Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

7.1. A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO E GESTOR

8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

8.2. Com base no artigo 11, do Decreto Municipal nº 45/2024, compete ao fiscal do contrato, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, especialmente:

- a) Acompanhar o cronograma de execução do contrato, monitorando os prazos e condições de entrega;
- b) Acompanhar sistematicamente a execução do objeto da contratação;
- c) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- d) Aprovar a entregas do objeto em consonância com o previsto no contrato, nos termos do inciso VI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- e) Apurar a importância a ser paga e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, com base no contrato e nos comprovantes de entrega dos itens;
- f) Comunicar formalmente a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, para que esta tome as providências cabíveis à regularização de faltas ou defeitos;
- g) Examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e formalizar o atesto no recebimento dos itens;
- h) Fazer diligências junto à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas reuniões;
- i) Informar ao Gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- j) Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- k) Receber provisoriamente as aquisições, sob sua responsabilidade, observando-se o disposto no capítulo IV do Decreto 45/2024;
- l) Solicitar a substituição, a expensas do contratado, no total ou em parte, de objeto do contrato em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

8.3. Exercer qualquer outra atividade compatível com a função que lhe seja legalmente atribuída e em conformidade com a Lei 14.133/2021;

8.4. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo da Secretaria de Administração, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente;

8.5. Ficam designados os servidores públicos, mencionados abaixo, como Fiscais técnico e administrativo do Contrato:

8.5.1. Secretaria Municipal de Saúde: Titular – ANTÔNIO VITOR ARAÚJO SOUSA, Matrícula nº 64.995, Cargo de Coordenador, lotado na Secretaria Municipal de Saúde; Suplente – DARLEI DE SOUZA TAVARES, Matrícula nº 66.500, Cargo de Coordenador, lotado na Secretaria Municipal de Saúde;

8.5.2. Secretaria de Cultura e Turismo: Titular – MAX VINICIUS SOUZA MELLO, Matrícula nº 66.082, Diretor, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; Suplente – CRISTIANO BARBOSA DA SILVA, Matrícula nº 11.127 Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

8.5.3. Secretaria de Assistência Social e Trabalho - Titular – ELIANE KEDMA DOS SANTOS MACHADO, Matrícula nº 68.746, Assessor de Secretário, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho; Suplente – MARIA APARECIDA SIRQUEIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 64.155, Secretário Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho;

8.5.4 Secretaria Municipal de Administração – Titular – Laíse Bastos de Carvalho, Matrícula nº 64.355, Suplente - Edmilson Pereira de Souza, Matrícula nº 59.752.

8.6 DO GESTOR DO CONTRATO

8.6.1. Compete ao Gestor do Contrato, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021, administrar o contrato ou outro documento que vier a substituí-lo, desde sua concepção até sua finalização, em aspectos administrativos, especialmente: (conforme Decreto Municipal nº 45/2024):

- Acompanhar a manutenção, pelo contratado, das condições estabelecidas em instrumento convocatório e contrato e das exigências legais;

- Conferir a importância a ser paga, constante no documento comprobatório da despesa, com base no contrato, na nota de empenho e no ateste do fiscal do contrato;
- Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- Manter controle atualizado dos saldos de empenhos e dos pagamentos efetuados, evitando a realização de serviço ou fornecimento sem prévio empenho;
- Orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;
- Promover o ateste de notas fiscais e faturas, em conjunto com o fiscal do contrato, no que couber, para fins de comprovação do cumprimento da obrigação contratual;
- Promover, quando couber, reunião inicial para apresentação do modelo de gestão, de que trata o art. 13 do decreto 45/2024, após a assinatura do contrato;
- Providenciar, quando necessário, a formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;
- Realizar o controle do valor e atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para os devidos registros;
- Receber definitivamente aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade, observando-se o disposto no capítulo IV do decreto 45/2024;
- Subsidiar o ordenador de despesas na aplicação de penalidades advindas de inexecução parcial ou total do contrato, nos termos do regulamento estadual;
- Verificar o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- Zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, avaliando e promovendo as solicitações conforme o caso.

8.6.2. Exercer qualquer outra atividade compatível com a função que lhe seja legalmente atribuída e em conformidade com a Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

9.1.1. Não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

9.1.2. À onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos fornecedores, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação;

9.1.3. A exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

10.1 A vigência estimada do futuro contrato para os serviços descritos neste termo é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme disposto nos art. 105 e 106 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

11.2. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto constante deste Termo de Referência, quantidades e qualidades exigidas;

11.3. Constatado qualquer irregularidade no serviço, bem como dos materiais empregados durante o período de garantia, deverá substituí-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da solicitação, a qual estará sujeita às despesas decorrentes de nova execução;

11.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes a leis trabalhistas, previdência social e segurança do trabalho;

- 11.5. Manter, durante a execução do objeto deste Termo de Referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 11.6. Prestar todos os esclarecimentos e exigências que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 11.7. Atender prontamente quaisquer exigências do representante da CONTRATANTE, inerentes ao objeto deste Termo de Referência;
- 11.8. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- 11.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 11.10. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, para análise da CONTRATANTE e abertura de novo prazo;
- 11.11. Preservar o sigilo das informações contidas nos documentos em questão;
- 11.12. Observar a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no que couber e comunicar, imediatamente, à CONTRATANTE qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD;
- 11.13. Não transferir, subcontratar ou ceder, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do objeto;
- 11.14. Utilizar mão de obra especializada para a melhor execução do objeto;
- 11.15. Selecionar e preparar os empregados que irão trabalhar nas instalações da CONTRATANTE, designando elementos; identificando-os através de crachás, com fotografia recente e providos de Equipamento de Proteção Individual – EPI.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência e demais Anexos do Aviso de Contratação Direta e termos de sua proposta;
- 12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, por servidor especialmente designado;
- 12.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 12.4. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da entrega do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 12.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações assumidas pela Contratada;
- 12.6. Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição do objeto;
- 12.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, conforme o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.8. Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que sejam solicitados, para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.9. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais;
- 12.10. Aplicar as penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais ou aceitar as justificativas apresentadas pela Contratada;
- 12.11. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1. Condições de Execução

- 13.1.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço (OS) emitida pela CONTRATANTE.

Considerando que a execução do objeto envolve logística contínua de recolhimento, manutenção, recarga e devolução dos extintores de incêndio, bem como a possibilidade de atendimentos emergenciais e substituições imediatas, a prestação dos serviços pressupõe a disponibilidade operacional da contratada em distância compatível com os prazos e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, de modo a assegurar a eficiência da execução, a continuidade da proteção contra incêndios e a mitigação de riscos à segurança das edificações públicas.

13.1.1.1. A dinâmica de execução consistirá no recolhimento, recarga e devolução dos extintores, bem como na entrega.

13.1.1.2. Para garantir que as edificações públicas não fiquem desprovidas de proteção contra incêndios durante a execução dos serviços de manutenção e recarga, a empresa contratada deverá disponibilizar, em regime de empréstimo, extintores de incêndio em perfeito estado de funcionamento, correspondendo a, no mínimo, 02 extintores com carga tipo ABC e no máximo 10 extintores. Essa medida assegura a continuidade da segurança dos servidores, frequentadores e do patrimônio público, em conformidade com as normas de segurança vigentes, durante o período de realização dos serviços.

13.1.1.3. Na aquisição de novos extintores, a empresa contratada deverá realizar a instalação dos equipamentos nas paredes das edificações públicas, conforme as especificações e locais determinados pela contratante. A instalação deverá seguir as normas técnicas aplicáveis, como a NBR 13485 e o Decreto Estadual nº 12.929/2011, garantindo a correta fixação, acessibilidade e funcionalidade dos extintores, de modo a atender às exigências de segurança contra incêndios e às orientações da Prefeitura Municipal de Barreiras/BA.

13.1.1.2. Todos os serviços deverão ser executados conforme as normas da ABNT aplicáveis, especialmente as relacionadas à segurança contra incêndios, manuseio de extintores e equipamentos de combate a incêndio, sendo vedada qualquer substituição de material ou procedimento não previsto neste Termo.

13.2. Local e Horário da Prestação dos Serviços

13.2.1. Local de prestação dos serviços: conforme endereço e orientações fornecidas pela contratante.

13.2.2. Horário da prestação dos serviços: de segunda a sexta-feira, em horário comercial entre 08h e 17h, a ser previamente agendado e acordado com a contratante.

13.3. Rotinas a Serem Cumpridas

13.3.1. A execução contratual observará as seguintes rotinas:

13.3.1.1. A CONTRATADA deverá realizar o recolhimento e devolução dos extintores no local indicado, garantindo o transporte seguro e adequado.

13.3.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, ferramentas e insumos necessários para a recarga dos extintores e para a entrega e instalação sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

13.3.1.3. A CONTRATADA será integralmente responsável pela segurança durante todas as etapas dos serviços, devendo observar as normas de segurança do trabalho, meio ambiente e saúde ocupacional, fornecendo e exigindo o uso de EPIs por seus colaboradores.

13.3.1.4. A CONTRATANTE indicará os locais específicos para instalação, retirada e devolução dos materiais e equipamentos, garantindo o acesso necessário às equipes da CONTRATADA.

13.3.1.5. Ao término de cada etapa de serviço, a CONTRATADA deverá limpar o local e remover quaisquer resíduos, garantindo que não haja prejuízos à rotina da unidade da CONTRATANTE.

13.4. Materiais a Serem Disponibilizados pela Contratada

13.4.1. Todos os materiais, peças, ferramentas e insumos necessários para a execução dos serviços contratados, incluindo lacres, etiquetas de controle, equipamentos de transporte e testes de funcionamento, quando aplicável.

13.5. Especificação da Garantia do Serviço

13.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações

baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- iv) Multa:
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

(c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

19.3.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade: 03.05.01 – Secretaria Municipal de Administração

Projeto/Atividade: 2020 – Gestão das Ações da Sec. de Administração

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos

Unidade: 03.10.01 – Sec. Municipal de Esporte, Juventude e Lazer

Projeto/Atividade: 2057 – Fortalecimento das Ações e Políticas de Esporte, Lazer e Juventude

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos

Unidade: 03.12.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Tecnologia

Projeto/Atividade: 2073 – Gestão da Secretaria de Agricultura e Tecnologia.

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos

Unidade: 03.14.01 – Sec. Mun. de Infraestrutura, Obras, Serv. Pub. e Trans.

Projeto/Atividade: 2087 – Manutenção da Sec. de Infraestrutura, Obras, Serv. Públicos e Transportes.

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos

Unidade: 03.15.01 – Secretaria Municipal de Segurança Cidadã e Trânsito

Projeto/Atividade: 2093 – Desenvolvimento das Ações de Segurança Cidadã e Trânsito

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos

Unidade: 03.16.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho

Projeto/Atividade: 2099 – Gestão da Secretaria de Assistência Social e Trabalho

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos

Unidade: 03.09.01 – Sec. Mun. de Cultura e Turismo

Projeto/Atividade: 2051 – Manut. da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade: 03.08.02 - FME - Fundo Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2038 – Gerenciamento e Aprimoramento das Ações do Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 2039 – Gestão das Ações do Fundo Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2041 – Gestão e Manutenção das Ações do Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2048 – Gestão e Manutenção das Ações do Ensino em Tempo Integral

Projeto/Atividade: 2050 – Gestão e Manutenção das Ações do Ensino de Jovens e Adultos

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 – Recursos não vinculados de impostos – despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Fonte de Recurso: 1550 – Transferência do Salário-Educação

Unidade: 03.11.02 – Fundo Municipal de Saúde de Barreiras-FMSB

Projeto/Atividade: 2062 - Manutenção das Atividades da Gestão do SUS

Projeto/Atividade: 2063 - Manutenção das Ações de Vigilância Ambiental

Projeto/Atividade: 2064 - Manutenção das Ações de Atenção Primária

Projeto/Atividade: 2065 - Manutenção das Ações de Assistência Ambulatorial

Projeto/Atividade: 2066 - Manutenção das Ações da Vigilância Alimentar

Projeto/Atividade: 2067 - Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária.

Projeto/Atividade: 2068 - Manutenção das Ações de Vigilância Epidemiológica.

Projeto/Atividade: 2070 - Manutenção das Ações de Assistência Farmacêutica.

Projeto/Atividade: 2072 – Manter a Gestão das Ações de Saúde do Trabalhador.

Classificação da Despesa: 33.90.30- Material de Consumo

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

1500 – Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Barreiras/BA, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Barreiras/BA, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Barreiras/BA, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VII
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL

DADOS DA LICITAÇÃO			
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO	

DADOS DA EMPRESA			
RAZÃO SOCIAL			
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
ENDEREÇO			
TELEFONE	FAX	EMAIL	
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº	

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO			
NOME			
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF	

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS		PRAZO DE EXECUÇÃO	
LOTE XXX			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL			
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			

OBSERVAÇÕES:

1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.